

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Paisagem, fotografia e memória: as narrativas presentes nas representações
da paisagem urbana de Viçosa–MG**

Júlia Crespo Caldeira Monari
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

JÚLIA CRESPO CALDEIRA MONARI

Paisagem, fotografia e memória: as narrativas presentes nas representações da paisagem urbana de Viçosa–MG

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Leonardo Civalle

Coorientadora: Marina de Oliveira Penido

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

M735p
2025
Monari, Júlia Crespo Caldeira, 1995-
Paisagem, fotografia e memória: as narrativas presentes nas
representações da paisagem urbana de Viçosa-MG / Júlia Crespo
Caldeira Monari. – Viçosa, MG, 2025.
1 dissertação eletrônica (91 f.): il. (algumas color.).

Orientador: Leonardo Civale.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Geografia, 2025.

Referências bibliográficas: f. 89-91.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.171>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Viçosa (MG) - História. 2. Fotografia paisagística -
Viçosa (MG). I. Civale, Leonardo, 1962-. II. Universidade
Federal de Viçosa. Departamento de Geografia. Programa de
Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 22. ed. 981.51

JÚLIA CRESPO CALDEIRA MONARI

Paisagem, fotografia e memória: as narrativas presentes nas representações da paisagem urbana de Viçosa–MG

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 4 de fevereiro de 2025.

Assentimento:

Júlia Crespo Caldeira Monari
Autora

Leonardo Civale
Orientador

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 24/04/2025 às 14:29:16 e pelo orientador em 24/04/2025 às 17:08:31. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **GBQW.5RAD.XZKF** e clique no botão 'Validar documento'.

*À Adely e Alaôr (em memória), Karla, Simone, Isabela e Kamila.
Juntas, realizamos mais um sonho. Amo vocês.*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço ao povo brasileiro, pela possibilidade de estudar e desenvolver esta pesquisa em uma universidade pública de qualidade.

À minha mãe e minhas tias que, com amor incondicional, me incentivam, me dão força em cada desafio enfrentado e celebram comigo cada vitória. Aos meus avós (em memória) que tanto me cuidaram e ensinaram. Obrigada por sonharem comigo e por me lembrarem que tudo é possível!

Ao Pedro, pelo companheirismo, paciência e apoio incondicional. Obrigada por acreditar em mim e me encorajar nos momentos de desânimo. Com você, até mesmo os percalços se tornam mais leves e divertidos. Agradeço também à família Menezes Conte, pelo apoio e incentivo nessa jornada.

Agradeço aos meus primos, Caio e Letícia, por uma vida inteira de amizade e muito amor compartilhado. À toda família Crespo, pelo carinho e por vibrar comigo em todas as conquistas. Às minhas amigas que, estando perto ou longe, são grandes companheiras e tornam a caminhada mais leve.

Agradeço ao professor Leonardo Civale, a quem admiro desde o início da graduação, pela brilhante orientação, pelas conversas e por todo apoio prestado até aqui, e à Marina de Oliveira, cuja orientação também foi fundamental para a realização desta pesquisa. À professora Anita e ao professor Leomar pela disponibilidade e pelas considerações feitas durante a banca examinadora.

À Patrícia, Fábio, Vinicius e Gilmar, por todo auxílio prestado ao longo dos últimos dez anos, e a todos os professores e professoras que fizeram parte da minha trajetória na Geografia-UFV. Sou grata por ter a oportunidade de ter convivido e aprendido tanto com cada um de vocês.

À minha querida “GEO 2014”, que tornaram os anos da graduação os melhores da minha vida. Vocês são especiais e guardo todos os nossos momentos com muito carinho e saudade. Aos meus amigos que encararam, junto comigo, a aventura do mestrado: Bili, Marco Túlio, Norton e Yann, obrigada por todos os momentos compartilhados!

Agradeço, por fim, à equipe do Folha da Mata, pela recepção e disponibilidade ao longo dos meses de trabalho de campo realizado, e à equipe do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

Queremos saber o que vão fazer
Com as novas invenções
Queremos notícia mais séria
Sobre a descoberta da antimatéria
E suas implicações
Na emancipação do homem
Das grandes populações
Homens pobres das cidades
Das estepes, dos sertões
(...)

Queremos saber, queremos viver
Confiantes no futuro
Por isso, se faz necessário
Prever qual o itinerário da ilusão
Da ilusão do poder
Pois se foi permitido ao homem
Tantas coisas conhecer
É melhor que todos saibam
O que pode acontecer
(Gilberto Gil)

RESUMO

MONARI, Júlia Crespo Caldeira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2025. **Paisagem, fotografia e memória: as narrativas presentes nas representações da paisagem urbana de Viçosa–MG.** Orientador: Leonardo Civale. Coorientadora: Marina de Oliveira Penido.

A fotografia é uma ferramenta que proporciona guardar memórias tanto a nível individual como a nível coletivo. Para a Geografia, é também uma forma de representação espacial que permite o estudo das paisagens de um determinado local e suas transformações ao longo do tempo, visto que compõe uma herança visual de diferentes períodos. Porém, a fotografia se encaixa no campo das linguagens e atua fazendo uma representação das paisagens de acordo com uma seleção de elementos feita pelo seu autor – no caso, o fotógrafo – e, por isso, constrói narrativas a respeito do fenômeno fotografado. Através do congelamento do evento retratado, as fotos permitem que o campo das ciências sociais e, especificamente, a Geografia a utilize como testemunho das dinâmicas espaciais que resultaram em diferentes configurações da paisagem, possibilitando a visualização do aspecto transtemporal das paisagens. Dessa forma, a presente pesquisa tem como intuito investigar, a partir da análise de fotografias da paisagem urbana de Viçosa, Minas Gerais, entre os anos de 1970 e 2012, presentes no Acervo Fotográfico do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa e no arquivo do Jornal Folha da Mata, as narrativas produzidas a respeito da cidade e como elas influenciam nas memórias construídas sobre Viçosa. Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa foi desenvolvida através de uma revisão bibliográfica para traçar as relações existentes entre a fotografia, sua capacidade de representação das paisagens e sua influência na construção da memória, além da realização de trabalhos de campo nos dois arquivos selecionados para obtenção e classificação das fotografias de acordo com ano, local e arquivo de origem.

Palavras-chave: fotografia; Viçosa; paisagem

ABSTRACT

MONARI, Júlia Crespo Caldeira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2025. **Landscape, photography and memory: the narratives present in the representations of the urban landscape of Viçosa-MG.** Adviser: Leonardo Civalle. Co-adviser: Marina de Oliveira Penido.

Photography is a tool that allows us to preserve memories both individually and collectively. For Geography, it is also a form of spatial representation that allows us to study the landscapes of a given location and their transformations over time, since it composes a visual heritage of different periods. However, photography fits into the field of languages and acts by representing landscapes according to a selection of elements made by its author – in this case, the photographer – and, therefore, constructs narratives about the photographed phenomenon. Furthermore, by freezing the event portrayed, photographs allow the field of social sciences and, specifically, Geography to use them as evidence of the spatial dynamics that resulted in different landscape configurations, enabling us to visualize the transtemporal aspect of landscapes. Thus, this research aims to investigate, based on the analysis of photographs of the urban landscape of Viçosa, Minas Gerais, between 1970 and 2012, present in the Photographic Collection of the Central and Historical Archive of the Federal University of Viçosa and in the archive of the Folha da Mata newspaper, the narratives produced about the city and how they influence the memories constructed about Viçosa. To achieve the proposed objectives, the research was developed through a bibliographic review to trace the existing relationships between photography, its capacity to represent landscapes and its influence on the construction of memory, in addition to carrying out fieldwork in the two selected archives to obtain and classify the photographs according to year, location and archive of origin.

Keywords: photography; Viçosa; landscape

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do município de Viçosa – Minas Gerais	34
Figura 2 – Divulgação do lançamento dos loteamentos da Construtora Chequer (05/03/1978)	41
Figura 3 – Confusão no trânsito de Viçosa é assunto de coluna no Folha da Mata (14/12/1975)	42
Figura 4 – Matéria sobre a construção civil em Viçosa no ano de 2010 (18/02/2011)	47
Figura 5 – Fotografia utilizada em reportagem sobre ilegalidade de construções às margens do São Bartolomeu (27/10/2011)	48
Figura 6 – Ilustração das colunas “Foto e Fatos” e “Foto Denúncia” em 1976 e 1985	57
Figura 7 – Calçadão Artur Bernardes é mencionado como o centro comercial de Viçosa	58
Figura 8 – Reivindicações pelo calçamento nos bairros de periferia na década de 1980 e as obras em forma de mutirão para concretizá-la	58
Figura 9 – O mesmo prédio ilustrado em dois momentos diferentes, nos anos de 1988 e 1989, respectivamente	62
Figura 10 – Denúncias do descumprimento de normas urbanísticas (02/11/1991)	63
Figura 11 – A ferrovia cai em desuso	64
Figura 12 – Coluna assinada pelo professor Ítalo Stephan (DAU), no ano de 1997	66
Figura 13 – Homenagens feitas a Viçosa pelo aniversário da cidade (1998)	66
Figura 14 – A verticalização do centro de Viçosa no início do século XXI	67
Figura 15 – “Deformações urbanas” (13/05/2000)	68
Figura 16 – À esquerda o Calçadão Artur Bernardes e, à direita, propaganda da Prefeitura Municipal de Viçosa	69
Figura 17 – Periferia viçosense em períodos de chuvas intensas (2000 e 2012)	70
Figura 18 – Na íntegra, reportagem sobre o uso de fossas sépticas no bairro Estrelas	70
Figura 19 – Reivindicações de bairros periféricos de Viçosa ao longo dos anos 2000	71
Figura 20 – Reclamações sobre os trailers e barracas no centro de Viçosa	72
Figura 21 – Duas das obras irregulares realizadas em 2009, que apresentam muitas diferenças entre si	73

Figura 22 – O processo de verticalização de Viçosa, o aquecimento do setor da construção civil e as obras realizadas na UFV no ano de 2011	74
Figura 23 – Obras do primeiro conjunto habitacional do MCMV	74
Figura 24 – Obras do segundo conjunto habitacional do MCMV	75
Figura 25 – Obras realizadas durante a gestão do prefeito César Sant’Anna Filho e comemoração de 7 de setembro	76
Figura 26 – O centro de Viçosa nos anos de 1979 e 1999, respectivamente	77
Figura 27 – O centro de Viçosa nos anos de 1979 e 1999, respectivamente	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidades de fotografias retiradas de cada seção do Atom/ACH-UFV entre os anos de 1974 e 2012	53
Tabela 2 – Quantidades de fotografias retiradas do arquivo do Jornal Folha da Mata em publicações feitas entre os anos de 1974 e 2012	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAMINHOS DE PESQUISA	14
1 FOTOGRAFIA, PAISAGEM E REPRESENTAÇÃO	17
1.1 PAISAGEM E FOTOGRAFIA	17
1.2 FOTOGRAFIA E REPRESENTAÇÃO	19
1.3 MEMÓRIA E NARRATIVAS SOBRE A MEMÓRIA	23
2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A FORMAÇÃO DA PAISAGEM DE VIÇOSA ...	30
2.1 NOTAS SOBRE A URBANIZAÇÃO DO SUDESTE BRASILEIRO	30
2.2 A URBANIZAÇÃO DE VIÇOSA	35
3 AS “VIÇOSAS” DOS ARQUIVOS	53
3.1 SOBRE A COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS	53
3.2 A “VIÇOSA” DO JORNAL FOLHA DA MATA	56
3.3 A “VIÇOSA” DO ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UFV	77
3.4 AS CONFLUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS EXISTENTES ENTRE OS ARQUIVOS	80
3.5 AS REPRESENTAÇÕES DA PAISAGEM URBANA DE VIÇOSA E AS NARRATIVAS SOBRE A CIDADE	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

INTRODUÇÃO

A fotografia, desde sua invenção no século XIX, constitui-se como uma ferramenta poderosa para a documentação, contemplação e análise de paisagens, independentemente do motivo do registro. No campo da Geografia, as fotografias podem ser trabalhadas como uma forma de representação das paisagens, servindo como suporte à compreensão das transformações espaciais ao demonstrar também as mudanças ocorridas na cultura e no sistema de valores de determinado local, bem como dos sistemas técnicos (SANTOS, 2002) utilizados em diferentes momentos.

A paisagem, por sua vez, é um conceito central na Geografia, envolvendo não apenas a configuração física e material do local em questão, mas também as percepções e interpretações culturais a ele atribuídas. Para Cosgrove (2012), por exemplo, a paisagem deve ser interpretada como uma construção social, influenciada por fatores históricos, culturais e ideológicos. Nesse contexto, as fotografias não são meramente registros objetivos das paisagens, mas também veículos capazes de reforçar significados e representações, bem como de criar narrativas. Ela influencia e é influenciada pela forma como percebemos o mundo ao nosso redor (SONTAG, 2004). Portanto, a análise de fotografias de paisagens permite pensar a respeito das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e espaciais que nela operam, o que dá suporte à sua utilização como ferramenta analítica em diversas áreas da Geografia.

Em estudos de geografia física, por exemplo, as imagens fotográficas permitem a detecção e análise de fenômenos naturais como, por exemplo, a erosão, sedimentação e as consequências de mudanças climáticas. Já a análise de fotografias aéreas e de imagens de satélite é particularmente útil na cartografia e no monitoramento ambiental. Esses tipos de imagens fornecem dados sobre a distribuição espacial de elementos naturais e artificiais, permitindo a elaboração de mapas detalhados e a identificação de transformações espaciais no decorrer do tempo. Para a geografia humana, as fotografias são úteis para a compreensão das transformações urbanas, rurais e o impacto das atividades humanas sobre o ambiente.

Além de suas aplicações técnicas, as fotografias carregam significados culturais, históricos e geográficos. Justamente por serem feitas em um tempo e espaço específico, elas oferecem um olhar para o passado, permitem comparações com o presente e contribuem para a construção de identidades locais. Elas podem reforçar ou desafiar narrativas dominantes sobre

determinado lugar, influenciando a forma como ele é percebido tanto pelos seus habitantes quanto por observadores externos.

No entanto, a subjetividade envolvida nas fotografias faz com que sua utilização pela ciência seja, por vezes, questionada, visto que envolve escolhas pessoais do fotógrafo ao capturar a imagem, o que influencia a maneira como a realidade é representada e percebida. Ao mesmo tempo, a interpretação do pesquisador-observador também é pessoal. Assim, a utilização da fotografia é criticada por ela não oferecer representações neutras da realidade e, nesse sentido, a importância da reflexão e contextualização das imagens é constantemente ressaltada.

Enquanto isso, a Geografia constantemente se apropria de outra forma de representação que é tradicionalmente tratada como objetiva e neutra: a representação cartográfica. No entanto, os mapas são instrumentos de poder ligados à sua capacidade de representar e, conseqüentemente, influenciar a forma como percebemos e interagimos com o mundo. A cartografia ocidental, desenvolvida em grande parte durante o período colonial, serviu para legitimar a dominação e exploração de territórios e povos colonizados, escancarando seu caráter político e utilitarista. Mapas podem ser utilizados para mostrar ou invisibilizar certas informações, refletindo as prioridades e perspectivas daqueles que os produzem e frequentemente reforçando estruturas de poder existentes.

Dessa forma, a cartografia também não fornece uma visão objetiva nem neutra do mundo, baseando-se, assim como a fotografia, em interesses e recortes específicos. Ainda assim, questionamentos levantados nas últimas décadas não invalidam sua utilização como ferramenta para a pesquisa em Geografia. Ao reconhecer que ambas as formas de representação do espaço tratadas até aqui são subjetivas, percebe-se que a Geografia não lida apenas com estudos a respeito da existência e ocorrência de determinados fenômenos, mas também com a presença de diferentes narrativas e percepções a respeito do mesmo.

Ao intentar utilizar a fotografia como base para a pesquisa geográfica, há que se considerar também a seletividade dos arquivos que são responsáveis pelo armazenamento desse material, visto que há um processo que envolve a curadoria e contextualização do mesmo para que o acervo possa cumprir o seu objetivo de servir à análise cultural e/ou científica. Nesse processo de organização documental, é possível que haja a valorização de determinados aspectos em detrimento de outros, o que impacta nas narrativas resultantes de cada um deles.

Caminhos de pesquisa

Essa dissertação é pensada a partir de um interesse pessoal pela fotografia e da curiosidade de compreender as possibilidades de seu uso como material de investigação no que diz respeito à análise de representações feitas sobre locais específicos e, por isso, escolheu-se falar sobre Viçosa, onde a presença da UFV exerce influência na organização do espaço, na paisagem da cidade e na identidade local - constantemente refere-se a Viçosa como “cidade educadora” e/ou “cidade universitária”. Ademais, a dificuldade em encontrar pesquisas que tratam do desenvolvimento de Viçosa antes da criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) dá indícios de que as narrativas a respeito da cidade estiveram desde muito cedo associadas à criação da universidade, permitindo questionar uma ausência não apenas da memória, mas das narrativas daqueles que não participaram ativamente das atividades relacionadas à ESAV.

Porém, grande parte das fotografias encontradas de diferentes momentos de Viçosa compõem acervos pessoais de famílias do município ou se encontram dispersos em páginas online como, por exemplo, sites e grupos em redes sociais, não havendo um arquivo disponível à consulta pública que reúna esse material e forneça informações dos locais fotografados, data ou ano da fotografia ou o contexto do evento fotografado. Assim, tendo em vista a dificuldade para encontrar arquivos que possuam tais informações e cujo acesso é liberado ao público, foram detectados e selecionados dois acervos que dariam suporte ao desenvolvimento da pesquisa: o arquivo do Jornal Folha da Mata e a página *online* do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa (ACH-UFV).

É importante ressaltar que o ACH-UFV é um arquivo institucional, mas também reúne fotografias que foram cedidas por famílias do município. Além disso, cabe informar que se pretendia realizar consultas presenciais ao ACH-UFV, contudo, devido à greve dos servidores técnico-administrativos iniciada em março de 2024, a pesquisa nesse acervo foi realizada através de consulta ao material disponibilizado online em seu site oficial.

Esta pesquisa se propôs a investigar, então, a representação da paisagem de Viçosa e a construção de diferentes narrativas por trás das mesmas de acordo com as fotografias encontradas nos arquivos consultados. O trabalho se limitou a investigar o período iniciado no ano de 1970 e encerrado em 2012, visto que apesar das primeiras edições que compõem o arquivo do Jornal Folha da Mata datarem do ano de 1963, até a década de 1970 as fotografias eram pouco utilizadas no jornal devido à uma questão técnica: a dificuldade para reproduzi-las.

Buscou-se utilizar fotografias feitas por seres humanos que, com uma câmera na mão, situados em um espaço-tempo específico e sob um ponto de vista particular, optaram por registrar fenômenos que viriam a compor dois dos poucos arquivos fotográficos presentes no município de Viçosa, Minas Gerais: o arquivo do Jornal Folha da Mata e o Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

O trabalho foi desenvolvido com o objetivo de compreender, a partir da observação dos materiais encontrados nos arquivos, as formas de representação e as narrativas distintas a respeito do município. Para tanto, buscou-se indicar como a fotografia permite compreender transformações espaciais através de representações da paisagem; investigar se há narrativas específicas em cada arquivo e as divergências entre elas e, por fim, se haviam especificidades nas formas de representar a cidade que se relacionam à períodos específicos da história do país (como, por exemplo, a Ditadura Militar, a redemocratização e o período da crise da dívida externa latino-americana). Para tanto, além de revisão bibliográfica, foram realizadas uma pesquisa de campo no arquivo do Jornal Folha da Mata e uma consulta à página online do Acervo Fotográfico do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa (ACH-UFV), com vistas a investigar a presença de fotografias do município de Viçosa em cada um deles.

Assim, a pesquisa se encontra estruturada em três capítulos. O primeiro apresenta as discussões teóricas a respeito do conceito de paisagem, evidenciando a perspectiva adotada nesta pesquisa. A escolha dessa abordagem específica é o que permite compreender as fotografias como forma de representação das paisagens e tecer as relações existentes entre tal conceito, a fotografia e seu caráter representativo, que influenciam na construção de narrativas que partem de memórias seletivas. Dessa forma, valida-se as representações fotográficas das paisagens como um objeto de pesquisa válido à Geografia.

O segundo capítulo discorre a respeito da produção do espaço urbano e da formação da paisagem de Viçosa, apresentando um histórico da ocupação da cidade de acordo com determinados marcos temporais – o ciclo do café, a chegada da ferrovia, a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, a federalização da instituição e sua consolidação como a Universidade Federal de Viçosa, a criação de instituições de ensino superior privadas, entre outros – contextualizando as transformações observadas no município com acontecimentos relevantes em escala nacional.

Nesse sentido, são indicados os momentos de criação de diferentes bairros e loteamentos no município, destacando-se a atuação do setor imobiliário e as influências

exercidas pelas atividades relacionadas às instituições de ensino superior presentes no município. Discute-se, ainda, como as transformações vistas na cidade evidenciam contradições da modernidade e os impactos da força do mercado imobiliário no espaço urbano. Assim, compreende-se a produção do espaço urbano de Viçosa enquanto um exemplo de como a urbanização brasileira ocorreu de maneira fragmentada, desigual e marcada por interesses distintos.

No terceiro capítulo são apresentadas as considerações sobre os dados coletados nos trabalhos de campo, de forma a identificar a representação de diferentes áreas do município dentro do recorte de tempo adotado, associando-os ao período na qual as fotografias consideradas foram feitas. É o momento onde se discutem as narrativas presentes nos arquivos consultados.

1 FOTOGRAFIA, PAISAGEM E REPRESENTAÇÃO

O presente capítulo estabelece as bases teóricas que fundamentam o uso da fotografia como ferramenta de investigação na Geografia. Ancorado no conceito de paisagem, entende-se que a fotografia é mais do que um registro visual; ela é uma representação impregnada de significados culturais, históricos e simbólicos. A discussão explora as interações entre fotografia e paisagem, abordando como o ato de fotografar é atravessado por subjetividades, e como as imagens geradas podem ser interpretadas como narrativas que revelam as transformações espaciais e temporais. Assim, valida-se a fotografia como uma fonte capaz de contribuir para o desvendamento das relações socioespaciais e das memórias coletivas materializadas no território.

1.1 Paisagem e Fotografia

A Geografia, desde sua gênese como um campo de estudo, se aproveita da utilização de imagens como forma de representar porções do espaço que, aos poucos, se tornaram conhecidas pela humanidade. Segundo Gomes e Berdoulay (2018), a Geografia possui seu desenvolvimento e raciocínio fortemente associados ao aspecto visual, debruçando-se sobre formas de representação para apreender as dinâmicas e fenômenos espaciais.

Antes mesmo de se consolidar como uma ciência moderna no século XIX, as informações colhidas pelos cartógrafos através de trabalhos de campo ou relatos orais de populações tradicionais eram sintetizadas em formas de mapas que compunham uma grade de localização. Esses mapas foram uma das primeiras formas de representação do mundo, elaborados a partir da observação e da coleta de dados realizadas pelos geógrafos eruditos, que se interessavam pelo que lhes era extraordinário (CLAVAL, 2014). Outra técnica fundamental para a obtenção desses dados, além dos relatos orais, era a interpretação da paisagem (CLAVAL, 2014).

A paisagem torna-se um conceito apropriado pela Geografia a partir do momento em que a mesma se consolida como uma ciência moderna no século XIX, influenciada por um paradigma que dissociava a existência do homem como parte integrante da natureza, externalizando sua percepção sobre a mesma. Ela foi a categoria responsável por permitir a sintetização das relações entre sociedade e natureza no espaço e por possibilitar a interpretação da materialidade do espaço geográfico (SCHIER, 2003).

Contudo, trata-se de um conceito importado da arte, que a partir do Renascimento, necessitava de uma forma de ordenar o que era visto para que o fenômeno observado pudesse ser representado, principalmente através da pintura. Assim, compreende-se que até o século XVIII, a paisagem era caracterizada majoritariamente por ser uma forma de representação artística (THOMAZ, 2012; COSGROVE, 2012; CASTILHOS, 2013).

Besse (2014) aponta que a invenção da paisagem se relaciona à invenção dos quadros em pintura no Renascimento e de uma “janela” presente nos mesmos, o que evoca uma relação entre o que se encontra dentro e fora dessa moldura, indicando que o distanciamento é uma condição essencial à representação das paisagens através da pintura. O autor aponta, ainda, que os artistas e as novas linguagens que permitiram diferentes formas de representação das paisagens – como, por exemplo, a fotografia e o cinema – possibilitam a interpretação das paisagens como uma forma de representação da vida (BESSE, 2014).

Para Santos (2002), a paisagem é constantemente transformada e ressignificada, adotando diferentes configurações e resultando em formas que se materializam a partir das relações estabelecidas em um determinado espaço e tempo, segundo sistemas técnicos específicos que também se transformam ao longo dos anos e, conseqüentemente, modificam as paisagens. Segundo Thomaz (2012), as paisagens sofrem “substituições, acréscimos, subtrações”, reforçando suas transformações ao passo em que se remodelam também as formas de produção, tanto funcional quanto estruturalmente, servindo às demandas de novas lógicas produtivas.

Sendo assim, cada registro feito da paisagem apresenta características resultantes de formas específicas de apropriação do espaço na época retratada, e a presença de registros feitos em diferentes momentos permitem investigar os fatores, valores e lógicas que influenciaram as configurações socioespaciais observadas em um determinado local, bem como suas transformações.

Contudo, a aceleração do ritmo de vida da humanidade a partir da Revolução Industrial transformou não apenas a dinâmica e a forma do espaço como também as maneiras de representar os fenômenos nele desenvolvidos. As paisagens, antes retratadas através da pintura, passam a ser representadas pela fotografia que, segundo Pidner (2019), “não saiu ilesa do processo de ampliação social do positivismo, das influências do método cartesiano e da lógica formal herdados pela ciência moderna”.

Essas transformações se desdobram também sobre a relação entre a produção e a configuração das paisagens, indicando que para cada evidência nelas presentes de forma

material, há também uma técnica capaz de produzi-la (THOMAZ, 2012; SANTOS 2002). A materialidade das paisagens, quando representada através de uma fotografia, permite então atestar a presença de diferentes formas que se materializam no espaço-tempo, permitindo o contato do observador com fenômenos que aconteceram no passado e servindo como um “certificado de presença” do acontecido (BARTHES, 1984), ou como “uma prova incontestável de que uma determinada coisa aconteceu” (SONTAG, 2004).

Assim, a investigação dos elementos presentes nessas fotografias permite “compreender a transformação dos sistemas de ações, objetos e técnicas que compunham os valores de determinada sociedade, trazendo à vista os aspectos que configuram o espaço como uma “acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 2002). No entanto, algumas reflexões a respeito da utilização da fotografia como representação da paisagem se fazem necessárias, visto que não se deve confundir o fenômeno em si com o fenômeno representado.

1.2 Fotografia e Representação

Vale ressaltar que há diferentes formas de se compreender as paisagens. Elas podem ser consideradas como a concretude de um território que é constantemente apropriado e produzido pela humanidade segundo intenções políticas, econômicas e culturais, mas também como uma “totalidade dinâmica (...) atravessada por fluxos de natureza, intensidade e direção bastante variáveis, e por isso, lhe é atribuída uma temporalidade própria” (BESSE, 2014), que escapa ao controle das atividades e intencionalidades humanas. Há, ainda, a dimensão fenomenológica da paisagem, na qual o sujeito, através dos seus cinco sentidos, experimenta um encontro pessoal com o mundo, deixando-se afetar por ele (BESSE, 2014).

Contudo, considerando-se que esta pesquisa intenta investigar a existência de diferentes narrativas a partir da análise de representações, expressas em fotografias da paisagem, é essencial a compreensão das próprias paisagens como uma forma de expressão humana, que impregna as formas visíveis da superfície terrestre de símbolos, normas e valores (COSGROVE, 1989). Assim, é fundamental assinalar que não se trata da análise da paisagem em si: as fotografias aqui trabalhadas são, na verdade, *representações* das paisagens. Representações essas que possibilitam que as mesmas sejam analisadas através da busca por evidências dos conjuntos de símbolos, normas e valores existentes em um mesmo espaço, mas em diferentes épocas.

Como forma de representação da paisagem, a fotografia tem muito a contribuir com informações obtidas em diferentes escalas. Gomes (2013) afirma que

(...) em escalas diferentes os fenômenos são diferentes, que aquilo que está representado em certa ordem de grandeza não aparecerá, pelo menos da mesma maneira, em outra ordem de tamanho. Há coisas que só são vistas em determinadas escalas, ou ainda, só são possíveis de ver com certo afastamento. Igualmente, algumas relações entre diferentes elementos só aparecem em um dado grau de distância entre nós, observadores, e o fenômeno observado (GOMES, 2013, p. 163).

Ou seja, a inserção do sujeito que fotografa no espaço possibilita uma visão frontal dos fenômenos observados, como quem os enxerga de frente ou até mesmo de dentro, sendo assim capaz de revelar informações que dificilmente seriam proporcionadas pela visão oblíqua ou vertical. Pidner (2019) aponta que a presença do sujeito na paisagem permite que o mesmo adote uma postura ativa sobre ela, “permitindo aproximações a detalhes, dados pelo corpo do fotógrafo em movimento com os pés na terra” (PIDNER, 2019, p. 51). É essa aproximação que traz à tona o conjunto de símbolos e valores que caminham junto ao observador, que será permeado pelo mundo ao seu redor e afetado pelo fenômeno em questão, que poderá lhe causar diferentes sensações – conforto, incômodo, reconhecimento, aborrecimento – e influenciará diretamente sua percepção sobre o mesmo e, por conseguinte, sua forma de representá-lo.

Sontag (2004) argumenta que a fotografia tem a capacidade de tornar visíveis aspectos do mundo que muitas vezes passam despercebidos. Ao estabelecer relação entre as verticalidades e horizontalidades apresentadas por Santos (2002), Pidner (2019) afirma que através dessa aproximação do sujeito com o objeto fotografado também é possível identificar que

As horizontalidades ganham visibilidade nas fotografias. Contudo, as fotografias também revelam como as verticalidades se impõem nos lugares, porém com uma perspectiva mais vinculada às horizontalidades, representando-as em suas diversidades, revelando o conflito, a contradição e o entrelaçamento com as verticalidades (PIDNER, 2019, p. 50).

Ao mesmo tempo, é importante considerar também que o mesmo discurso racionalista que infundiu o surgimento da Geografia como uma ciência moderna foi responsável também por atribuir à fotografia um caráter demasiado realista e objetivo (PIDNER, 2019). Benjamin (1994) situa a fotografia nesse processo ao discutir a transformação da arte e da cultura na era da reprodutibilidade técnica – segundo ele, a fotografia era uma expressão artística capaz de capturar a experiência moderna e revelar aspectos da realidade anteriormente invisíveis aos olhos humanos, proporcionando uma nova perspectiva sobre o mundo. Susan Sontag (2004) afirma que

as câmeras começaram a duplicar o mundo no momento em que a paisagem humana passou a experimentar um ritmo vertiginoso de transformação: enquanto uma quantidade incalculável de formas de vida biológicas e sociais é destruída em um curto espaço de tempo, um aparelho se torna acessível para se registrar aquilo que está desaparecendo (SONTAG, 2004, p. 26).

No entanto, ao aceitar a fotografia como um reflexo preciso da realidade ou uma forma de se duplicar o mundo, perde-se de vista um fato essencial: uma foto é imbuída de elementos subjetivos que a constituem, na verdade, como uma forma de representação da realidade (PIDNER, 2019). Sontag (2004) também aponta que, devido ao seu suposto caráter realista, a fotografia foi rapidamente apropriada como fonte de informações por entidades de controle e gestão da sociedade como, por exemplo, a família e a polícia.

A fotografia é um sistema de representação visual capaz de transformar a ocorrência de um objeto ou fenômeno (tridimensional) em uma imagem (bidimensional). Esses fenômenos apenas são passíveis de serem fotografados pois ocorrem em um espaço geográfico e em um momento histórico específicos, e sua representação exhibe tão somente sua aparência, não sendo capaz de contemplar o observador com a totalidade das dinâmicas que ocorriam naquele instante. Não são visíveis os processos. Na fotografia, se apresenta o produto das combinações de eventos simultâneos que, no momento do registro, deram à paisagem aquela configuração (SANTOS, 2002; KOSSOY, 2021; GOMES, 2013).

Essas dinâmicas, no entanto, podem ser decifradas quando se busca reconstituir o cenário do fenômeno fotografado e observado,

(...) num contínuo exercício de decifração do aparente, o visível da representação, o iconográfico propriamente dito, sua realidade exterior e, o oculto, invisível aos nossos olhos, sua realidade interior, sobre a qual pouco ou nada sabemos, porém que abrange uma sucessão de fatos que buscamos determinar por meio de seus indícios; são os elos ausentes da imagem (KOSSOY, 2021, p. 27).

Assim, cada fotografia, ao capturar um momento do passado, permite investigar evidências transtemporais presentes na paisagem e interpretá-la como uma “memória viva de um passado já morto” (SANTOS, 2002), atestando a presença de traços de diferentes tempos em uma mesma configuração espacial. Esses traços nas paisagens são a cristalização de momentos históricos no espaço geográfico (NASCIMENTO; SCIFONI, 2013).

Após observadas e experienciadas pelo sujeito, as paisagens são comumente descritas através da fala e da escrita. Essas formas de representação são, assim como fotografar ou observar uma fotografia, subjetivas. Sontag caracteriza a foto como

(...) uma fina fatia de espaço bem como de tempo. Num mundo regido por imagens fotográficas, todas as margens (“enquadramento”) parecem arbitrarias. Tudo pode ser separado, pode ser desconexo, de qualquer coisa: basta enquadrar o tema de um modo diverso (SONTAG, 2004, p. 33).

Esse processo de enquadramento que faz o fotógrafo ao escolher o objeto de seus retratos se associa ao que constitui para Gomes e Berdoulay (2018) a ideia de quadro, no qual o geógrafo se empenha em organizar dentro “de um mesmo campo elementos diversos que passam a atuar juntos diante de nossos olhos”. A seleção desses componentes, no entanto, implica também no descarte de informações consideradas menos relevantes ao observador, refletindo a existência de elementos “fora-do-quadro” (THOMAZ, 2012). Essa apuração é feita através do que Kossoy (2021) classifica como “filtro cultural” do autor, imprimindo na sua representação da paisagem um resultado com grande carga simbólica.

O observador do quadro representado, por sua vez, também o interpreta de acordo com seu próprio filtro e extrai dele suas próprias percepções sobre o que vê, dando espaço para leituras distintas e subjetivas. A fotografia utilizada como testemunho das remodelações espaciais configura um recurso de pesquisa que direciona a investigação das produções da humanidade e “valoriza os registros deixados pelo homem como uma experiência sensível do mundo, podendo se oferecer à leitura e permitindo a apreensão de seus significados” (CASTILHOS, 2013).

Portanto, há uma limitação das informações transmitidas pelo simples contato com uma fotografia, que expõem cuidados necessários à sua utilização como uma fonte documental. Porém, isso não significa que se deve ignorar suas possíveis contribuições para a leitura espaço-temporal das paisagens, visto que desde meados do século XIX, os fotógrafos registravam o desenvolvimento das cidades modernas – desde cenas cotidianas das ruas até conflitos armados ou expedições científicas (BATISTA JR., 2009), e ainda hoje diversas áreas do conhecimento se aproveitam das informações fornecidas pela fotografia.

Gomes e Berdoulay (2018) indicam o crescente interesse em conhecer a capacidade da contribuição das imagens no desenvolvimento do raciocínio geográfico, visto que o próprio nome da ciência geográfica indica a sua grande proximidade com o campo visual: “o sufixo grafia tem o sentido de gravar, de inscrever, ou seja, trata-se de um conteúdo que se exprime segundo certo código” (GOMES; BERDOULAY, 2018). Portanto, todas essas grafias são formas de organizar o pensamento e, no caso da Geografia, podem compor o que Gomes e Berdoulay (2018) chamam de uma “geografia interpretativa”.

Segundo Castilhos (2013),

A paisagem enquanto representação resulta da apreensão do olhar, é um enquadramento, uma seleção que existe a partir do indivíduo que organiza, combina e promove arranjos de conteúdo e forma. Comporta uma pluralidade semântica, sempre associada à ideia de recorte espacial (...) (CASTILHOS, 2013, p. 4).

Assim também podem ser compreendidas as suas representações. O que se apresenta em cada foto é mais do que um simples fragmento da realidade, e sim o constructo de uma mensagem por parte de seus atores (FILHO; NETO, 2016). Tem-se, então, a presença de narrativas específicas por trás de cada fotografia, que direcionam tanto a forma de representar o espaço, que será “sempre passível de construções de realidades programadas para exaltar fatos, regimes e personagens”, refletindo a bagagem simbólica do autor (KOSSOY, 2021), quanto de interpretar a representação da paisagem ou fenômeno em questão.

Para que essas fotos, embora subjetivas, sejam fontes úteis e cumpram um papel relevante dentro da Geografia, é fundamental que a sua produção seja devidamente contextualizada. Necessita-se especificar o momento e local de sua produção, a fim de identificar fatores que tornaram aquele registro relevante a alguém. Segundo Gomes (2013),

(...) a espacialidade é uma condição fundamental ao fenômeno da visibilidade. Em outras palavras, a posição das coisas, dos objetos, das pessoas dentro daquilo que chamamos de trama locacional, ou seja, suas posições relativas segundo um sistema de referências espaciais consistem em um elemento central, embora poucas vezes valorizado, no exame do fenômeno da visibilidade (GOMES, 2013, p. 36).

E prossegue, afirmando que a visibilidade, além das relações de poder e dos interesses envolvidos e que atuam na direção do olhar, “depende da morfologia do sítio onde ocorre, da existência de um público e da produção de uma narrativa dentro da qual aquela coisa, pessoa ou fenômeno encontra sentido e merece destaque” (GOMES, 2013, p. 38).

1.3 Memória e Narrativas sobre a memória

Por ser compreendida como objeto “de memória, história e identidade” (LIMA; MELHEM; CUNHA, 2008), a fotografia é qualificada como uma herança visual repleta de dados que nos permitem interpretar as mudanças ocorridas nas paisagens, que por sua vez evidenciam diferentes formas de apropriação do espaço no decorrer do tempo. Assim, essa forma de documentar a história de um determinado local também contribui para a construção e conservação de sua memória. Segundo Castilhos (2013)

Ao adotar a imagem como fonte podemos realizar um percurso no tempo, através do uso de fotografias de diferentes períodos, em busca dos traços que revelem as dinâmicas de (trans)formação da paisagem. As imagens históricas servem de subsídio para a compreensão do tempo presente, possibilitando desvelar as diferentes camadas espaços-temporais superpostas na paisagem (CASTILHOS, 2013, p. 11).

Adota-se a *narrativa* como categoria de análise pois, como explicado ao evidenciar a metodologia para a realização desta pesquisa, a identificação de possíveis encadeamentos de

eventos ou ações, com a contextualização histórica e geográfica dos fatos e personagens em uma sequência significativa foi feita *a posteriori*, considerando-se o objetivo de investigar a memória e a representação de um lugar através das fotografias dos arquivos e não necessariamente a intenção do locutor no momento de sua captura. Ademais, foram consideradas fotografias produzidas por diferentes autores, em contextos espaço-temporais distintos e com diferentes finalidades, ainda que dentro de um mesmo arquivo consultado.

As narrativas, conforme analisado por Gomes (2013), apoiam-se na necessidade de um componente cronológico e no curso de eventos dentro de uma escala temporal, sendo constituída pela formação de uma coerência entre diferentes acontecimentos. O autor indica que, dentro das análises geográficas, a narração está vinculada a uma suposição de processos e, por consequência, assinala diferentes momentos evolutivos das formas da paisagem: “(...) a narração pressupõe uma compreensão de um fato ou de uma cena pela coerência dos elementos que são dispostos de forma a nos contar algo” (GOMES, 2013, p. 73).

Nesse sentido, assemelha-se novamente a ideia de “quadro”, no qual os elementos compõem um conjunto a partir da classificação física proposta por Kant e elucidada por Gomes (2017), sendo esses elementos observados de maneira situacional, ou seja, de acordo com a situação e local nos quais aparecem, considerando-se sua posição e as relações estabelecidas com os demais elementos do conjunto¹.

A fotografia, como aporte ao estudo da memória sobre determinado local, possibilita identificar as transformações espaciais ocorridas ao longo do tempo, desvelando como as representações do passado influenciam a configuração do presente. Sontag (2004) aponta que as imagens fotográficas também são capazes de influenciar a maneira de recordar o passado, apontando que a fotografia, além de um meio de registrar o passado é também uma ferramenta que influencia a forma de recordar e entender a história de determinados povos ou locais e na reprodução de valores, identidades e perspectivas sobre eles.

Trata-se de uma ferramenta construtora ativa de memória, capaz de criar narrativas específicas a partir da representação das paisagens. Cada fotografia é permeada por escolhas conscientes e inconscientes do fotógrafo, da composição à seleção do objeto ou fenômeno a ser fotografado, proporcionando uma perspectiva singular sobre ele. Assim, não apenas

¹ Ainda sobre as narrativas, Gomes (2013) discorre sobre a compreensão de que “elas encontram sentido nos contextos de cada período e sua interpretação mais consistente dependerá da capacidade de relativização. O grande pecado que não devemos, portanto, cometer é aquele já indicado anteriormente, de tomar uma posição autocentrada contemporânea” (p. 91).

documentam o passado, mas também incorporam narrativas que moldam a maneira como os eventos são lembrados e interpretados.

Dessa forma, convencionar que uma foto é um “certificado de presença” (BARTHES, 1984) ou uma “uma prova incontestável de que uma determinada coisa aconteceu” (SONTAG, 2004) não significa aceitar que a versão fotografada representa uma verdade absoluta sobre o fato. Deve-se considerar esses registros são feitos sobre o que Gomes (2013), inspirado em Michel Lussault, denomina de “regimes de visibilidade” que “guiam as formas de olhar, as direções do olhar, que determinam o que deve ser visto e como deve ser visto” (GOMES, 2013, p. 317). Segundo o autor, a expressão faz referência a procedimentos socialmente estabelecidos sobre as condições e valores a serem ponderados no fenômeno observado, possibilitando afirmar que há uma “geografia do olhar” que comunica sobre a relevância e o sentido do mesmo:

Nos informam sobre o que deve ser visível, como aquilo deve ser entendido e, simultaneamente, o que não merece ser visto. De certa forma, os regimes de visibilidade têm como meta nos informar sobre o que pode ser considerado importante e o porquê dessa avaliação. (...) Eles ditam também o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, suas continuidades e rupturas. Como diria Foucault, esses regimes criam práticas, criam seus próprios critérios e regras de avaliação e de legitimidade (GOMES, 2013, p. 52).

A fotografia, então, atua como uma mediadora entre o observador e a recordação do fenômeno em questão, pois ao mesmo tempo em que retrata eventos passados, também molda e influencia a forma como são percebidos, visto que a escolha do que fotografar e como apresentar a imagem impactam a narrativa que se desenha em torno da memória. Assim, é possível conceber que a fotografia contribui para a construção de narrativas sobre a memória de determinado local (SONTAG, 2004).

Pollak (1989) sugere que a construção da memória coletiva está ligada não apenas à seleção de eventos significativos para a construção de uma narrativa histórica, mas também à escolha de omitir certos episódios em uma espécie de negociação dos fatos e das perspectivas sobre eles adotadas. Embora a memória coletiva seja fundamental para compreender a memória de um lugar, ela pode ser fragmentada, seletiva e suscetível a manipulações. Nesse sentido, História e Geografia desempenham papel crítico ao reavaliar e contextualizar os elementos que sustentam as lembranças coletivas ancoradas no espaço (HALBWACHS, 1990; ABREU, 2011). Gomes (2013) aplica uma lógica parecida ao fenômeno da visibilidade: “imagens operam simultaneamente mostrando e escondendo coisas” (GOMES, 2013, p. 31).

No mesmo sentido, Meneses (2007) indica que o processo de construção da memória não implica em um acúmulo de informações:

(...) quando se pensa em memória costuma-se pensar em aspectos de retenção, de depósito de informações, conhecimento ou experiência. No entanto, a memória é, também, um mecanismo de seleção, de descarte, de eliminação. Não é possível entender a memória sem entendê-la, também, e talvez mais ainda, como mecanismo de eliminação: a memória é um mecanismo de esquecimento programado (MENESES, 2007, p. 23).

Assim, ao admitir que tanto a paisagem quanto sua representação a partir da fotografia são concebidas de acordo com a seletividade do observador e dos elementos aos quais atribui relevância, compreende-se que cada foto é transpassada por uma forma de se enxergar o fenômeno e que, ao ser reproduzida, levará adiante uma narrativa específica sobre o mesmo. Conforme formulado por Abreu (2011) de acordo com as considerações de Halbwachs, o tempo, no âmbito da memória, só se materializa ao encontrar resistência em um espaço físico. Assim, a memória coletiva se associa diretamente ao espaço compartilhado, servindo o mesmo de suporte e referência para os grupos em questão. Halbwachs (1990) enfatiza também que a memória coletiva é formada por recordações compartilhadas, organizadas e mantidas por um grupo social em relação a espaços e experiências vividas em comum.

Tornou-se notável no Brasil, recentemente, uma transformação significativa em sua relação com o passado urbano e, após um longo período em que prevaleceu a valorização do novo, os centros urbanos passaram a adotar discursos e práticas voltadas à conservação e restauração de vestígios de tempos idos, demonstrando crescente interesse pela preservação da “memória urbana”. Certos eventos traumáticos ocorridos durante o século XX – como, por exemplo, as guerras –, reforçaram incertezas em relação ao futuro, levando à necessidade de ressignificar o passado como uma forma de ancoragem emocional e cultural (ABREU, 2011).

A memória urbana, nesse sentido, pode ser analisada a partir da memória coletiva que, conforme Halbwachs (1990), é fundamentada em experiências compartilhadas por grupos sociais em espaços específicos. Embora ancorada no passado, ela está em constante transformação, influenciada por novos contextos sociais e políticos. No âmbito das cidades, os vestígios materiais e os registros históricos são fragmentos significativos dessa memória coletiva, ainda que frequentemente sejam reflexo de relações de poder e seleções ideológicas. Nesse sentido, Gomes (2013) também indica que

(...) as significações estão associadas ao lugar físico onde ocorrem. Esses lugares físicos são posições dentro de um sistema complexo e essas posições têm sentidos, atributos, qualidades. Tudo isso intervém na produção de significações (GOMES, 2013, p. 188).

Já Abreu (2011) destaca uma importante distinção entre a memória coletiva, a História e a Geografia. Enquanto a primeira é seletiva e vulnerável a manipulações, o autor considera que tanto a História quanto a Geografia buscam uma abordagem sistemática e contextualizada dos fatos e, ainda que igualmente sujeita a interpretações, constantemente revisitam e questionam suas próprias produções. Nesse sentido, o autor defende que a contribuição da Geografia Urbana Histórica é fundamental para integrar de maneira efetiva as dimensões espaciais e temporais, possibilitando a compreensão da memória das cidades.

Ressalta-se também o significado que Abreu (2011) atribui ao termo “memória da cidade”: “ela diz respeito ao estoque de lembranças eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar” (p. 31) e, para apreendê-la, é preciso ir além da conceituação de História Urbana e da História da Cidade formuladas por Milton Santos (1994)², sendo necessário recuperar a história específica da cidade analisada compreendendo-a como uma síntese da concretização conjunta de ambas.

No entanto, um estudo sólido sobre a memória das cidades deve considerar sua interseção com as dimensões históricas, sociais e espaciais. Enquanto a perspectiva histórica fornece o contexto temporal dos processos sociais, a abordagem geográfica destaca o papel essencial do espaço no que diz respeito à uma “memória compreensiva da cidade, devidamente ancorado em suas amarras espaciais” (ABREU, 2011), vinculando tal memória a um espaço físico concreto. O autor enfatiza que não basta analisar os eventos isoladamente, sendo crucial compreender como os processos históricos se manifestam de maneira única nos espaços urbanos, articulando diferentes escalas de tempo e lugar:

Sem termos a pretensão de recuperar o passado tal qual ele aconteceu, o que é um objetivo impossível de alcançar, conseguiremos, com esse esforço, adquirir as ferramentas necessárias para que possamos analisar os processos e normas sociais então atuantes e detectar as contradições lá presentes, enfim, contextualizar as formas morfológicas então produzidas pela sociedade e a relação que elas tiveram com as normas e processos sociais que lhe deram origem (ABREU, 2011, p. 36).

Considerando-se que cada cidade possui uma trajetória singular que resulta da interação entre processos sociais e seu contexto histórico e geográfico específico, é necessário investigar como os mesmos se materializaram no espaço urbano para entender a memória da

² Segundo Abreu (2011, p. 32), Milton Santos considera que “a história do urbano seria a história das atividades que se realizam na cidade, não numa determinada cidade, mas no ambiente urbano de modo geral. Seria, portanto, a história do emprego não agrícola, das classes urbanas, da divisão do trabalho entre cidade e campo e dentro das próprias cidades, a história, enfim, da socialização na(s) cidade(s) que nelas ocorre. A História da Cidade seria outra coisa. Seria a história dos processos sociais que se materializam de forma mais objetiva: a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade.”

cidade em questão. Além disso, a memória de uma cidade reflete tanto os elementos físicos que compõem seu espaço quanto os valores e práticas sociais que os moldaram. Dessa forma, uma análise completa deve considerar essas interações para captar como os aspectos simbólicos e tangíveis se conectam (ABREU, 2011).

Halbwachs (1990) compreende que a memória se torna histórica, sendo preservada por registros e documentos, apenas quando se distancia muito do presente, e sua formação está intrinsecamente ligada à experiência coletiva de determinado grupo, tornando-se uma construção dinâmica e socialmente referenciada. Nesse sentido, vale considerar que o jornal, utilizado como arquivo para a realização desta pesquisa, é produzido para dar notícias do presente, e não foi – nem é, atualmente – produzido com o objetivo de se tornar necessariamente um arquivo de memória, mas o é por constituir um registro materializado do passado.

O ACH-UFV guarda materiais considerados importantes para a instituição, enquanto as notícias do jornal dizem respeito a acontecimentos e fatos considerados importantes no recorte temporal analisado, permitindo compreender os temas relevantes a cada época dentro do mesmo e revelando, como consequência, os regimes de visibilidade, visto que retratava principalmente o que causava incômodo à população da cidade. Gomes (2013) argumenta, ao falar das cenas³ que compõem o cotidiano e que aqui se relacionam principalmente ao material coletado no jornal, que

A análise das cenas da vida social cotidiana não pode, todavia, seguir os mesmos passos daquela adotada para analisar uma obra de arte. Não há finalidade na vida social. (...) Não há intencionalidade, uma vontade absoluta que controla e organiza a eclosão dos movimentos das imagens; o sentido não é inteiramente desejado, nem construído. Esses quadros da vida social, as cenas, são parcelas de um fluxo contínuo e imprevisível (GOMES, 2013, p. 192).

Ao desenvolver a pesquisa nos arquivos do Jornal Folha da Mata e na página *online* do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa, é possível perceber a presença de padrões em cada um deles. Há tipos de fotos que aparecem repetidas vezes, bem como há locais que também aparecem repetidamente e em circunstâncias parecidas. Por fim, compreende-se que o estudo da memória de uma cidade deve ser bem articulado, se apropriando tanto dos aspectos simbólicos quanto dos materiais, além de abordar e situar os contextos sociais e históricos. Dessa forma, serão discutidas nos capítulos seguintes a produção do espaço e a formação da paisagem do município de Viçosa, quais fatores foram retratados e de que forma, bem como quais aspectos foram excluídos das fotografias presentes nos arquivos.

³ Para o autor, “a ideia de cena tem a competência de conectar a dimensão física às ações, ou de associar os arranjos espaciais aos comportamentos e a partir daí interpretar possíveis significações” (GOMES, p. 190).

Salienta-se, portanto, que esta pesquisa, ao trabalhar a memória de Viçosa, não intenta fazê-lo de maneira saudosista e nem busca fixar uma identidade criada a respeito da cidade. Segundo Gomes (2013), é nas cidades

(...) onde exercitamos intensamente a difícil arte da convivência. Elas são, por excelência, espaços de trocas e de redes: econômicas, socioculturais, políticas e comunicacionais. São também o resultado de temporalidades espacializadas, de variados usos e atividades e de diferenciados domínios espaciais (público e privado, sagrado e profano, individual e coletivo etc.). Produzir uma identidade urbana é querer forjar uma unicidade essa multiplicidade, ou seja, eleger um sentido dentro da variedade de ações e práticas sociais que ocorrem dentro desse vasto quadro de possibilidades oferecido pelo espaço urbano. (GOMES, 2013, p. 254).

Dessa forma, não se trata da negação do presente e tampouco se ignora a fluidez de eventos e processos que influenciam a conformação do espaço urbano, mas sim de buscar compreender os fenômenos que culminaram na formação da paisagem retratada nas fotos utilizadas, bem como o contexto de cada uma e os valores associadas a ela, como se propõem os capítulos seguintes.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A FORMAÇÃO DA PAISAGEM DE VIÇOSA

Neste capítulo, é apresentada uma contextualização histórica do desenvolvimento do espaço urbano de Viçosa, com destaque para os processos que influenciaram sua paisagem e identidade. Considera-se a influência de marcos como o ciclo do café, a chegada da ferrovia, a implantação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, a federalização da UFV, bem como o impacto das instituições privadas de ensino superior na cidade. Ao longo da análise, busca-se compreender como forças sociais, políticas e econômicas contribuíram para a construção desigual do espaço urbano viçosense.

2.1 Notas sobre a urbanização do sudeste brasileiro

Para melhor compreender a produção do espaço urbano de Viçosa é interessante, primeiramente, elucidar brevemente sobre o processo de urbanização na região sudeste do Brasil de maneira geral, a propósito de identificar interseções e distanciamentos de seus desdobramentos no município em questão. Corrêa (2011) propõe que a produção do espaço pode ser analisada tanto em escala regional quanto em escala intraurbana e, nesse sentido, o primeiro momento deste capítulo é dedicado a compreender a urbanização da região sudeste para, em seguida, compreender as especificidades da produção do espaço urbano de Viçosa⁴ priorizando-se a análise intraurbana. Ressalta-se que, sabidamente, o processo de urbanização ocorreu em tempos e características diferentes em cada região do país, porém, como o objeto de estudo desta pesquisa se localiza na Zona da Mata mineira, não se faz necessário abordar aspectos específicos da urbanização nas demais regiões.

Milton Santos (2023), baseando-se em Goulart Reis Filho, afirma que os centros urbanos eram intermitentes até o século XVIII, quando os fazendeiros passaram a estabelecer residência na cidade. Maricato (2000) salienta que desde o Brasil Colônia já haviam cidades de grande porte no país, mas apenas na virada para o século XX é possível falar sobre a efetivação de um processo de urbanização do território brasileiro, tendo como principais influências a

⁴ Ao falar em produção do espaço urbano, inspira-se na teoria da produção do espaço proposta por Henri Lefebvre. Pereira (2020) sintetiza-a indicando que o espaço é uma expressão de relações de produção e reprodução estabelecidas em diferentes épocas, considerando que homem e sociedade se produzem simultaneamente ao produzir o espaço, enquanto suas práticas são influenciadas pelo mesmo, e que este processo envolve dinâmicas tanto coletivas (sociais) quanto individuais.

Proclamação da República, a presença do trabalhador livre após a instauração da Lei Eusébio de Queiroz⁵, da Lei de Terras (ambas sancionadas em 1850) e a emergência de atividade industrial ainda muito primitiva, relacionada principalmente ao ciclo do café e ao suprimento de demandas primárias do mercado interno.

Contudo, somente a partir da segunda metade do século XIX, com a proeminência da cafeicultura, inicia-se uma relação de interdependência entre diferentes localidades, possibilitada pela viabilização e melhorias de estradas de ferro, portos e meios de comunicação, facilitando os fluxos, incorporando as formas capitalistas de produção e os fluxos do comércio internacional na região sudeste. Assim, até o fim da Segunda Guerra Mundial a economia da maioria das capitais brasileiras se sustentava pela agricultura desenvolvida em sua zona de influência (SANTOS, 2023).

Após a Segunda Guerra Mundial foi colocado em curso um “ousado programa de investimentos em infraestrutura” (SANTOS, 2023, p. 38), que só foi possível pelo que se conhece como meio técnico-científico-informacional, caracterizado pelos avanços da ciência e da técnica aplicados à adequação do território para atender a demandas de agentes hegemônicos. No primeiro momento, contudo, tal integração é limitada ao sudeste do país e assim permanece até a década de 1930, quando a industrialização, estimulada pelo poder público, encontra o crescimento de um mercado interno que fornecerá as bases para reajustar a lógica econômica e territorial.

Maricato (2000) aponta que até a década de 1930 a economia nacional se mantém concentrada nas atividades agrário-exportadoras e, a partir de então, o Estado direciona investimentos para o desenvolvimento industrial e à infraestrutura necessária ao mesmo. Assim, a partir das décadas de 1940 e 1950, observa-se uma predominância da lógica da industrialização⁶ que crescentemente influencia a urbanização do território brasileiro (SANTOS, 2023), sendo a primeira fortemente influenciada pelo capital internacional (MARICATO, 2000).

⁵ Maricato (2000) posteriormente afirma que a mão de obra escravizada foi muito utilizada na construção e manutenção das edificações erguidas em áreas urbanas até o fim do século XIX, visto que a Lei Eusébio de Queiroz (1850) proibiu o tráfico de negros escravizados para o Brasil, mas a proibição do trabalho escravizado só ocorreu 38 anos depois, com a sanção da Lei Áurea.

⁶ Milton Santos ressalta que o termo “industrialização” deve ser compreendido, no contexto dessa análise, como “processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização” (SANTOS, 2023, p. 30), e não apenas no sentido de se estabelecer a atividade industrial.

Já nos anos 1950, a ideologia desenvolvimentista endossou o gasto público com empresas que, supostamente, trariam retorno econômico que seria utilizado para melhor equipar o território nacional, reduzindo o direcionamento de recursos para administrações locais (SANTOS, 2023). O Brasil passa por uma “inserção subalterna” na divisão internacional do trabalho como exportador de bens duráveis e de produção, criando uma dependência caracterizada pela externalidade do centro de decisões e do mercado consumidor, o que provocou mudanças no estilo de vida da população, nas formas de se habitar as cidades, na cultura e nos valores da época (MARICATO, 2000). Segundo a autora,

a transformação foi profunda, o que não significa que tenha sido homogeneamente moderna. Ao contrário, os bens modernos passam a integrar um cenário em que a pré-modernidade sempre foi muito marcante, especialmente no padrão de urbanização dos bairros da periferia (MARICATO, 2000).

Anos depois, o golpe de 1964 inseriu o Brasil no que se apresentava como uma tendência mundial: a internacionalização da economia, na qual o país se torna exportador de produtos agrícolas e industrializados. O governo federal autoritário concentra os recursos públicos e administra-os de acordo com suas prioridades que, no momento, consistiam em “dotar as cidades de infraestruturas custosas, indispensáveis ao processo produtivo” (SANTOS, p. 113), representando um momento de inflexão no sentido político, pois apesar do “milagre econômico” vivenciado entre as décadas de 1960 e 1970, as questões relativas ao bem estar da população foram deixadas ao acaso, exacerbando a pobreza.

Santos (2023) demonstra que a modernização do território se expandia à medida em que se difundia o meio técnico-científico-informacional, através de reestruturações que podem ser caracterizadas pelo aumento de capital físico agregado ao território e tornam-se visíveis na paisagem através da “composição técnica do território”, proporcionada por “aportes maciços de investimentos em infraestruturas” (SANTOS, 2023, p. 39). No entanto, o autor defende que o capital se materializa de maneiras diferentes no espaço. São considerados privilegiados os locais onde há maior dinamização, oferta de serviços e infraestrutura, fornecidos por uma “implantação diferencial dos serviços coletivos” (SANTOS, 2023, p. 107), por isso passam a agregar valor e, alimentados pela expectativa do capital, vê-se desencadear um processo de especulação imobiliária. Nesse processo, assim como exposto anteriormente, dificulta-se o acesso à terra, agravando os problemas relacionados à habitação e repelindo a população pobre para as periferias.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por um período de recessão, no qual as desigualdades foram reforçadas, concentrando a pobreza na área urbana. Santos (2023) assinala

que a ideologia do crescimento e da modernização foram as principais responsáveis pelas mudanças ocorridas no espaço nacional ao fim do século XX, momento no qual se equiparam as cidades para fomentar o funcionamento corporativista às custas das necessidades da população, resultando na concentração de riquezas e na produção de pobreza. A cidade passa a receber os pequenos e médios proprietários de terra que, em decorrência da modernização agrícola, não puderam adquirir os novos pacotes técnicos que se inseriram no campo, deixando-os fragilizados em meio às “oscilações de conjuntura” e redirecionando-os em busca de novas oportunidades nas cidades (SANTOS, 2023, p. 115).

Nesse momento, a população pobre e temporariamente alocada em postos de trabalho informais, começa a ocupar locais distantes dos privilégios da vida urbana e, conseqüentemente, da especulação imobiliária, fixando-se em áreas onde as condições são inadequadas para a moradia, cujas paisagens passam a ser estampadas por uma homogeneização da pobreza. Estabelecem-se também os aspectos de uma “tragédia urbana brasileira” caracterizada por “enchentes, desmoronamentos, poluição dos recursos hídricos, poluição do ar, impermeabilização da superfície do solo, desmatamento”, entre outros eventos mencionados por Maricato (2000). Como consequência, observa-se, principalmente nas grandes cidades, um maior crescimento da periferia do que as áreas centrais (MARICATO, 2000).

Ao mesmo tempo, observa-se que o crescimento da população urbana no Brasil nos anos 1990 foi surpreendente, induzindo ações significativas para abrigar e assentar toda essa população nas cidades, além de atender a outras demandas como, por exemplo, de transporte, saneamento básico, trabalho, saúde e transporte (MARICATO, 2000). Contudo, o rápido e significativo aumento na produção de bens e serviços, refletido na aceleração do crescimento econômico nacional, em momento algum foi capaz de atenuar a desigualdade socioeconômica do país, pelo contrário: percebe-se que a concentração de renda se aprofunda, principalmente no período de recessão econômica que atingiu as décadas finais do século XX, acompanhada da elevação das taxas de desemprego, da informalização do trabalho e da violência urbana (MARICATO, 2000).

Dessa forma, Maricato (2000) constata que grande parte das cidades que ganharam forma durante a urbanização brasileira foram edificadas à margem da lei e alijadas da participação – e até mesmo do suporte – da administração pública, configurando-se como “cidades ilegais” e fazendo com que os espaços da “cidade legal” se constituam como um privilégio concedido à uma minoria da população, concentrando investimentos do setor público. Nela, que é essencialmente capitalista, há tanto a inexistência quanto a maleabilidade de

fiscalização do uso do solo e, em muitos casos, a corrupção do poder público. A precariedade da cidade ilegal, por sua vez, reflete décadas de produção e reprodução da pobreza, enquanto a população carente testemunhava o enriquecimento concentrado nas áreas privilegiadas e nas mãos das elites (MARICATO, 2000; SANTOS, 2023).

A urbanização e modernização brasileira criam novos problemas (MARICATO, 2000) e, nesse sentido, Santos (2023) considera que a modernização dos países subdesenvolvidos de modo geral é, além de “conservadora e dolorosa”,

uma produção extrovertida, o triunfo do consumo dirigido e desculturalizante, a despolitização da política e o desmaio da cidadania, com a instalação de regimes fortes, frequentemente militares, indispensáveis ao financiamento da nova ordem produtiva, com imposição de enormes sacrifícios às populações envolvidas. Tudo isso é facilitado pelo fato de que, no período atual, também se afrouxam os princípios de moralidade internacional (SANTOS, 2023, p. 116).

De maneira geral, Santos (2023) indica que, apesar de todos os fatores que as diferenciam uma da outra (localização, atividade econômica predominante, tamanho), os problemas enfrentados por todas as cidades brasileiras são parecidos – relacionados à oferta de saneamento básico, habitação, transporte, saúde. Cada cidade possui o que o autor denomina de “categorias espaciais”⁷ de tempos pretéritos, que apoiam umas às outras e acompanham o crescimento das cidades. Considerando-se que, dentro de uma mesma cidade os lugares são reconfigurados de maneira seletiva e excludente de acordo com determinadas necessidades, é possível compreender por que certas áreas se tornam mais atrativas e valorizadas (SANTOS, 2023).

Em suma, é possível perceber que a urbanização do sudeste brasileiro se relaciona ao processo de industrialização iniciado no país ao longo do século XX e à lógica da produção de mercadorias, sendo capaz de alterar significativamente a configuração urbana. Contudo, no caso de Viçosa, onde a atividade industrial, em momento algum, ocupa lugar de destaque, cabe analisar sua trajetória como uma cidade universitária e compreender a importância das instituições de ensino superior no contexto da urbanização e modernização brasileira, identificando as especificidades presentes na produção de seu espaço urbano, como se apresenta a seguir.

⁷ São elas: “(...) tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infraestruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população” (SANTOS, 2023, p. 106).

2.2 A urbanização de Viçosa

Corrêa (2011) afirma que a produção do espaço é influenciada por agentes distintos e dotados de interesses conflitantes entre si e com outros segmentos da sociedade. Esses agentes atuam em temporalidades e espacialidades específicas de cada conformação socioespacial capitalista, materializando no espaço os processos sociais dos quais fazem parte. Na produção do espaço urbano de Viçosa, cuja localização encontra-se em destaque na figura 1, destacam-se as elites locais, a população vulnerabilizada, os estudantes, o mercado imobiliário e o poder público.

Figura 1 – Localização do município de Viçosa – Minas Gerais



Fonte: A autora

Constantemente refere-se à Viçosa como uma “cidade educadora”, e tal alcunha se deve principalmente ao fato de que nela está situada a Universidade Federal de Viçosa (UFV), que desde seus primórdios representa um pólo de ensino e pesquisa principalmente no campo das ciências agrárias. Ao longo do século XX e do início do século XXI a universidade passou

por momentos de expansão física e na quantidade de cursos oferecidos, reforçando o status da cidade onde, na primeira década deste século, se instalam também três instituições privadas de ensino superior: a Faculdade de Viçosa (FDV) e a Escola de Estudos Superiores de Viçosa (ESUV), ambas em 2001, e a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FACISA) – atual Centro Universitário de Viçosa (UNIVIÇOSA) –, em 2004. Assim, a presença dessas instituições exerce grande influência na configuração e nas relações que se desenvolvem no espaço urbano local.

Segundo Ribeiro Filho (1997), a formação do espaço urbano de Viçosa, porém, está associada ao declínio das áreas urbanas onde predominava a exploração do ouro ainda no século XIX, visto que sua economia se baseava, a princípio, na agricultura de subsistência, com camponeses e pequenos agricultores compondo a maior parte da população. A igreja teve papel fundamental no desenvolvimento do traçado urbano inicial da cidade, que se concentrava nas proximidades da capela localizada na atual rua dos Passos, construída por volta de 1800 e, posteriormente, a construção da Igreja Matriz na atual Praça Silviano Brandão estabeleceu uma nova centralidade. A Igreja, além de servir como espaço de culto, promovia a formação de laços sociais e econômicos, e os eventos religiosos estimulavam atividades comerciais próximas às igrejas. Já nesta época, os arredores da Igreja da Matriz eram ocupados pelas elites viçosenses, compostas por fazendeiros e ex-garimpeiros que se interessavam por terrenos naquela área para a construção de suas residências na cidade (RIBEIRO FILHO, 1997).

A promulgação da Lei Eusébio de Queirós e a da Lei de Terras, anteriormente sinalizadas por Maricato (2000) como alguns dos fatores que alavancaram a urbanização do Brasil, se desdobraram em Viçosa de maneira a incorporá-la ao ciclo econômico do café, com o capital anteriormente utilizado na compra de escravizados então investido na cultura cafeeira e proporcionando a expansão dessa atividade voltada para exportação, enquanto pequenos agricultores passaram a enfrentar dificuldades para adquirir terras e progressivamente se distanciaram da produção (RIBEIRO FILHO, 1997). O autor aponta ainda que esses processos foram acompanhados de crescimento econômico e mudanças estruturais, como a ampliação do comércio local e o parcelamento de terras próximas à região central para a construção de novas residências e estabelecimentos comerciais.

Já nas décadas seguintes, desponta a consolidação de uma nova centralidade – a atual Praça do Rosário – ocupada por comerciantes que não encontravam espaço para construir seus estabelecimentos próximos à Matriz, e o movimento migratório para a cidade se acentuou, podendo ser percebido pelo surgimento de novas construções residenciais, comerciais e pela

crescente movimentação das ruas (RIBEIRO FILHO, 1997). Assim, a então freguesia de Santa Rita do Turvo foi elevada à categoria de vila em 1871, sob o nome de Viçosa de Santa Rita.

A chegada da ferrovia “The Leopoldina Railway” à cidade no ano de 1884, em decorrência da intensificação da cafeicultura na Zona da Mata mineira, situou Viçosa como importante centro regional de comércio e transporte, visto que ela não apenas facilitou o escoamento da produção cafeeira, como trouxe novos fluxos de mercadorias, pessoas e capital para a cidade. Observa-se um processo de transformação política, econômica e cultural que favoreceu a chegada de novas ideias que passaram a influenciar a organização do espaço urbano local como, por exemplo, os ideais do urbanismo racionalista e o sanitarismo do século XIX (HONÓRIO, 2012).

Ribeiro Filho (1997) atesta que houve valorização das áreas próximas à estação ferroviária, onde foram feitos investimentos na modernização do espaço urbano como, por exemplo, a construção de avenidas e edifícios comerciais, apontando para o desenvolvimento das áreas centrais. Porém, os locais afastados dos eixos ferroviários, permaneciam desprovidos de infraestrutura básica. Ao mesmo tempo, um contingente de cidadãos que se ocupavam da execução de trabalho não manual livre e assalariado, escravizados e imigrantes chegavam à cidade.

Havia, ao fim do século XIX, a intenção de se conceber um Estado nacional moldado pelos interesses e valores de uma elite nacional, fazendo com que o mesmo buscasse ordenar a cidade social e politicamente através de medidas racionalistas e tecnocratas, instaurando “novos mecanismos de representação e distinção social” por intermédio de alterações concretas no espaço urbano (RIBEIRO FILHO, 1997). Nesse sentido, a proclamação da república e a modernização urbana buscaram alinhar o Brasil aos padrões europeus e, durante esse processo, iniciativas estrangeiras serviram de referência para modernizar a sociedade brasileira, exemplificando que “os países subdesenvolvidos, num curto espaço de tempo, aproveitaram-se de todas as descobertas de ordem sanitária provenientes dos países industrializados” (SANTOS, 2012).

No Brasil, um país predominantemente constituído por cidades recentes, a modernização proposta no século XIX mirava a superação de um passado colonial em nome da valorização do futuro, consolidando uma narrativa que negava vestígios de tempos anteriores – inclusive aqueles materializados no espaço (ABREU, 2011). À luz desse processo, na primeira década do século XX Viçosa passou por significativas transformações urbanas: ainda marcada por características do período colonial como, por exemplo, ruas estreitas e sinuosas, a cidade

não atendia mais ao desejo de modernização da elite local que, inspirada por intervenções urbanísticas aplicadas em grandes cidades brasileiras e internacionais, buscava renovar a imagem da cidade (RIBEIRO FILHO, 1997). O urbanismo sanitarista e moderno que progressivamente substituiu o modelo colonial promovia, principalmente, alterações de cunho estético nas construções, estendendo sua influência pelo espaço urbano de Viçosa.

Em 1910 foi criado o imposto predial com fins de financiar obras de infraestrutura na cidade, destacando-se a ampliação das redes de saneamento básico e a distribuição de energia, que se revelavam insuficientes às demandas da época, afetando principalmente as camadas mais pobres, ao mesmo tempo em que foram impostos padrões estéticos e de higiene nas construções (RIBEIRO FILHO, 1997). Contudo, o autor constata que essas ações eram, na verdade, medidas isoladas que mais ajudaram a criar espaços segregados do que, de fato, direcionar ou até mesmo ordenar o crescimento da cidade, associando-se ao que Carlos (2008) considera como a capacidade de segregação e expulsão causadas pela presença de um padrão arquitetônico.

Na década seguinte, a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) – inaugurada em 1926, quatro anos após assinatura do decreto que instituiu sua criação em Viçosa – trouxe impactos significativos para a organização espacial da cidade. O *campus*, situado em área então afastada do núcleo urbano, tornou-se um obstáculo físico à expansão da cidade, criando uma separação clara entre o espaço urbano e a universidade. O projeto do *campus* priorizava funcionalidade e progresso, inspirando-se em princípios modernistas, o que contribuiu para a segregação espacial uma vez que, apartado da cidade, o *campus* foi concebido como um território autônomo (apesar de também ser de responsabilidade do poder público). Além de modificar a paisagem, a instalação da ESAV transformou Viçosa em uma “cidade-universitária”, redefinindo sua identidade social, cultural e econômica, principalmente a nível regional (RIBEIRO FILHO, 1997).

Assim, a criação ESAV representou um marco para a modernização de Viçosa, e ao responder à crise do café com outras culturas agrícolas, foi concebida para qualificar tecnicamente os filhos de agricultores: um projeto que se alinhava às ambições da elite agrária mineira de manter destaque na economia nacional sem alterar a estrutura fundiária vigente. Marca-se um período no qual, segundo Honório (2012), a formação técnica agrícola tornou-se uma ferramenta estratégica para integrar o trabalhador rural ao sistema capitalista.

A universidade demonstrou impactos graduais nos primeiros anos após o início de suas atividades. No entanto, o desenvolvimento urbano trouxe desafios ao precisar se adequar à nova atividade que chegava à cidade, acentuando as desigualdades socioespaciais já evidentes na

paisagem do município. Surgiam, nessa época, os primeiros sinais de problemas no trânsito e, ao mesmo tempo, a infraestrutura básica era insuficiente, atendendo apenas o centro da cidade. À época, foi notável também a expansão da malha urbana do município (RIBEIRO FILHO, 1997).

Poucos anos depois, a Revolução de 30 aponta como um momento de inflexão na formação do território brasileiro, reorientando a economia nacional ao priorizar a atividade industrial e sendo também o momento em que urbanismo modernista ganhava força no Brasil, liderado pelo Estado e pelas elites (BAGGIO, 2014). Um dos aspectos desse processo foi a expansão da malha ferroviária na Zona da Mata mineira, novamente impulsionando a economia cafeeira e o desenvolvimento urbano. Além disso, a Revolução de 1930 influenciou o avanço da industrialização e acelerou a modernização do espaço brasileiro, impactando tanto as redes urbanas quanto as formas de organização intraurbana pelo país.

Nesse contexto, o ensino superior desempenhou um papel significativo, com aumento no número e na diversidade de profissionais, refletindo mudanças substanciais nas cidades. As universidades criadas no país no início do século XX foram concebidas como um instrumento de modernização espacial, e tais processos reverberaram em Viçosa, que apesar de não ter sido um local de desenvolvimento industrial relevante, teve a construção e configuração de seu espaço urbano pela interação entre universidade, urbanização e modernidade (HONÓRIO, 2012; SANTOS, 2023).

Apesar disso, a crise econômica que se desenhava a nível mundial, agravada no Brasil pelo colapso da produção cafeeira, levou Viçosa a um período de isolamento e poucas transformações significativas em seu espaço urbano, o que pôde ser atestado pelo fato de que, nesse período, observou-se a intensificação da ocupação de áreas e espaços já existentes, mas sem expansão do perímetro urbano, ao contrário da década anterior. As áreas urbanas passavam a ganhar protagonismo, refletindo-se em escala nacional na elaboração da Constituição de 1946 que garantiu maior autonomia para os municípios, permitindo a eleição de prefeitos e vereadores, e em escala estadual com a Constituição Estadual de 1947 e o estabelecimento da Lei Orgânica dos Municípios (RIBEIRO FILHO, 1997).

Enquanto isso, em Viçosa, apenas 17% da população, aproximadamente, residia na área urbana no ano de 1950. A atividade industrial no município era incipiente e acompanhada por desigualdades socioespaciais, sendo que somente 30% das ruas localizadas no centro eram pavimentadas e os serviços básicos, como abastecimento de água, esgotamento sanitário,

fornecimento de energia elétrica e telefonia, permaneciam insuficientes (RIBEIRO FILHO, 1997).

À época, a política desenvolvimentista brasileira priorizava a industrialização nas grandes cidades, o que distanciava municípios do interior, como Viçosa, dos processos de acumulação e desenvolvimento alavancados por tal atividade. Com a modernização do campo, introduziram-se máquinas e tecnologias que reduziram a necessidade de mão-de-obra no campo, elevando as taxas de desemprego e influenciando a migração em massa para os centros urbanos (SANTOS, 2012). Baggio (2014) aponta que a maioria da atividade industrial se concentrava em São Paulo durante o período relatado e, nesse contexto, Viçosa, assim como outros municípios da Zona da Mata mineira, manteve-se economicamente dependente da agricultura de subsistência, com pouca produção excedente para comércio externo, o que contribuiu para a exclusão da região do novo padrão econômico que emergia no país.

Ribeiro Filho (1997) demonstra, ao longo de seu trabalho, que o primeiro Código de Obras de Viçosa, vigente entre os anos de 1956 e 1979, foi amplamente criticado por seu descolamento da realidade socioeconômica local, salientando que a adequação a algumas exigências como, por exemplo, recuos mínimos, uso de materiais específicos e padrões construtivos elevados, era algo inviável à maioria da população viçosense. Dessa forma, ao ignorar as condições de vida das classes populares, o código contribuiu para a marginalização dessa parte da população, forçando-a a viver em desacordo com as normas urbanísticas em vigor. Ainda segundo o autor, o perímetro urbano foi expandido durante a década de 1950, ao passo que a crescente presença dos automóveis nas ruas da cidade, cuja produção e consumo foram altamente incentivados por políticas governamentais, alterou significativamente a dinâmica do espaço urbano. Enquanto isso, as iniciativas do poder público local respondiam pontualmente a demandas populares, sem promover mudanças estruturais que de fato se adequassem às necessidades e condições de vida da maioria da população da cidade.

A década de 1960, por sua vez, foi um momento de grandes transformações no que diz respeito ao espaço urbano de Viçosa, na qual ocorreram mudanças importantes em sua infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico. No início desse período, destacaram-se intervenções no espaço urbano já existente como, por exemplo, o surgimento das primeiras edificações de até quatro pavimentos no centro da cidade. A federalização da instituição de ensino situada na cidade em 1969, que passa a ser denominada Universidade Federal de Viçosa, representa um marco para o município, pois além da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, com o conseguinte aumento do quadro de pessoal, foi colocado em vigor um

plano de expansão do espaço físico que previa a construção de novos edifícios. Uma nova configuração urbana surgia em Viçosa a partir da década de 70, com a construção de uma cidade majoritariamente à margem das legislações urbanísticas, como resultado de um processo de urbanização acelerada na qual as desigualdades sociais e espaciais já evidentes nas décadas anteriores se intensificaram (RIBEIRO FILHO, 1997).

A expansão da universidade foi favorecida por políticas públicas do governo militar durante o chamado “milagre econômico brasileiro”, que também impulsionou a expansão de atividades urbanas como, por exemplo, construção civil, comércio e prestação de serviços, que somada a admissão de novos estudantes, professores, funcionários e à chegada de trabalhadores em busca de oportunidades na construção civil aumentou significativamente a população da cidade. No entanto, a rapidez em que ocorreu tal processo levou à formação de um espaço urbano desordenado e crescentemente desigual (RIBEIRO FILHO, 1997).

Nesse período, apesar da construção de novos alojamentos, o crescimento do número de estudantes fez com que essas instalações se tornassem insuficientes, deslocando uma parcela significativa de estudantes para o espaço urbano da cidade (HONÓRIO, 2012). Contudo, conforme constata Ribeiro Filho (1997), a administração pública local não foi capaz de acompanhar o ritmo de crescimento da população de Viçosa e, além disso, o contexto centralizador da ditadura militar direcionava os investimentos federais prioritariamente para a universidade, enquanto a infraestrutura da cidade se mantinha aquém da demanda, refletindo uma “assincronia entre a esfera econômica e a político-social, com explícita prevalência da primeira” (BAGGIO, 2014), característica marcante do período da ditadura militar.

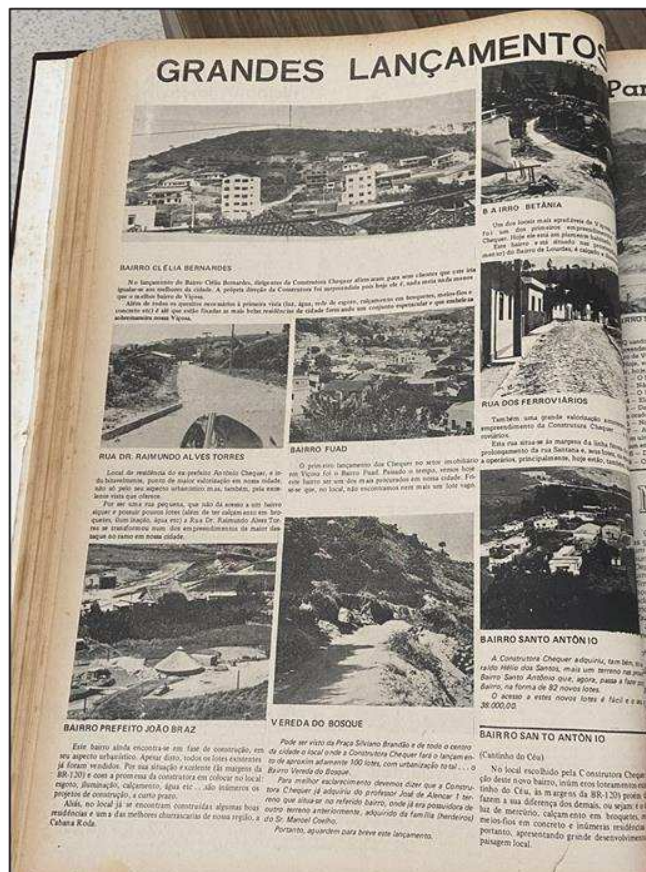
Parte da população recém chegada, incapaz de se inserir no mercado formal de trabalho ou de acessar áreas urbanizadas da cidade, foi forçada a buscar soluções habitacionais informais. O crescimento urbano de Viçosa se refletia na expansão horizontal, com a abertura de novos loteamentos e bairros, e na verticalização da área central. Muitas famílias se estabeleceram na favela Rebenta Rabicho – Morro Carlos Dias – ou em áreas periféricas da cidade, onde construíram moradias que frequentemente desrespeitavam as normas do Código de Obras vigente, enquanto o centro da cidade recebia grande atenção do capital imobiliário devido a fatores que elevavam o valor do solo como, por exemplo, boa infraestrutura no local e oferta de serviços urbanos, além da proximidade com a universidade.

Loteamentos eram implementados de forma irregular desrespeitando os parâmetros exigidos em relação a empreendimentos privados e a porcentagem de áreas públicas que deveriam ser disponibilizadas por seus proprietários, sendo as últimas paulatinamente reduzidas

ao passo que eram apropriadas por interesses privados com a conivência do poder público. Dentre os loteamentos surgidos na década de 1970, destaca-se o Nova Viçosa, idealizado pelo então prefeito Antônio Chequer para redirecionar o crescimento das favelas que se intensificava na área central da cidade. Os lotes do novo bairro foram doados ou vendidos a preços acessíveis a famílias de baixa renda (RIBEIRO FILHO, 1997).

Alves (2008) ressalta que o centro funcional de Viçosa, antes situado próximo à Igreja Matriz e à Praça do Rosário, é realocado para as proximidades do *campus* universitário, e a construção dos novos loteamentos – em grande parte capitaneados pela Construtora Chequer, de propriedade da família do então prefeito – também possui relação direta com a UFV. Em entrevista concedida à autora por uma ex-secretária da construtora, à mesma foram atribuídas a abertura dos loteamentos dos bairros Clélia Bernardes, Ramos, Lourdes, Amora, Rebenta Rabicho, Novo Silvestre, João Braz, Santo Antônio e Nova Viçosa, como pode ser observado na Figura 2. A própria entrevistada, no entanto, aponta que a maioria dos bairros citados foram feitos para atender à população de maior poder aquisitivo, ainda na primeira gestão de Antônio Chequer.

Figura 2 – Divulgação do lançamento dos loteamentos da Construtora Chequer (05/03/1978)



Fonte: Folha da Mata

Alves (2008) ainda afirma que os projetos destinados à serviços de infraestrutura básica como, por exemplo, iluminação pública, rede de esgoto e tratamento de água, eram inexistentes nos loteamentos periféricos, e que a criação dos novos loteamentos permitiu não apenas a remoção da população carente do centro, mas também gerou lucros significativos para a construtora do próprio prefeito. Dado o intenso processo de expansão urbana, o setor da construção civil, nesse período, consolidou sua importância no processo de urbanização de Viçosa (RIBEIRO FILHO, 1997).

Ainda na década de 1970, entre os anos de 1975 e 1978, a universidade experimentou uma nova fase de expansão, caracterizada por um expressivo aumento no orçamento da instituição que novamente ampliou o espaço físico, o quadro de pessoal e a entrada novos estudantes. A migração de trabalhadores em busca de oportunidades de emprego foi intensificada, mais uma vez alimentando o crescimento populacional da cidade. Embora as oportunidades de trabalho criadas pelos momentos de expansão da UFV fossem predominantemente de baixa qualificação, Viçosa tornou-se atrativa para a população economicamente desfavorecida das cidades próximas (HONÓRIO, 2012).

A nova expansão da UFV, ocorrida logo após a federalização da instituição, influenciou a intensificação dos processos de crescimento horizontal e vertical de Viçosa, exacerbando os problemas urbanos apresentados previamente como, por exemplo, a carência de infraestrutura e equipamentos nos bairros periféricos, a ocupação irregular de encostas e margens de córregos, o aumento do trabalho informal e o crescimento da frota de veículos, que sobrecarregava a malha urbana estreita do centro da cidade. O crescimento da economia urbana oscilava no comércio, na construção civil e no setor de serviços, apenas expandindo o que já existia, mas sem efetiva diversificação (RIBEIRO FILHO, 1997).

Figura 3 – Confusão no trânsito de Viçosa é assunto de coluna no Folha da Mata (14/12/1975)



Fonte: Folha da Mata

Honório (2012) aponta que por muito tempo a economia da Zona da Mata mineira esteve alicerçada na produção cafeeira, o que a tornou vulnerável à reorientação econômica do país conduzida durante a década de 1970. Nesse período, a região passou por um fluxo significativo de migração campo-cidade que no caso de Viçosa, como ressalta a autora, foi intensificado pela presença da UFV, que atraiu tanto moradores de áreas rurais quanto de cidades vizinhas, desviando parte do contingente que, fosse outro o cenário, buscaria centros urbanos maiores.

Nesse contexto, muitos trabalhadores foram excluídos do mercado formal ao chegarem à cidade e se viram obrigados a recorrer ao trabalho informal para sobreviver, inserindo-se em atividades como, por exemplo, construção civil, serviços domésticos, comércio ambulante, entre outras ocupações. Alguns desses trabalhadores ocuparam espaços públicos no centro da cidade, especialmente na Avenida Marechal Castelo Branco, onde começaram como ambulantes e posteriormente, com o apoio do poder público, fixaram-se, originando o Shopping Chequer (RIBEIRO FILHO, 1997; HONÓRIO, 2012).

No início da década de 1980, a administração do município buscou aplicar as normas urbanísticas vigentes, enfrentando resistência de empresários da construção civil e proprietários imobiliários. Nesse sentido, percebe-se o estabelecimento de relações entre o poder público e os setores privados através de relações de clientelismo e cooptação, muitas vezes corruptas, que evidenciam o caráter fragmentado e articulado do espaço urbano e tanto refletem quanto influenciam as dinâmicas sociais, como apontado por Corrêa (2011), pois o novo código de obras foi alterado de acordo com os interesses do setor imobiliário, mantendo-se apenas as disposições que não conflitassem com os mesmos (RIBEIRO FILHO, 1997).

As novas exigências ainda dificultavam a regularização de imóveis para a população de baixa renda, levando muitos a recorrerem à autoconstrução em bairros populares. Ribeiro Filho (1997) indica que ao final da década de 1990, mais de 80% das construções da cidade eram consideradas irregulares – muitas, inclusive, localizadas na região central –, demonstrando que o Código de Obras continuou sendo desrespeitado e escancarando a dissociação entre a legislação e a realidade social e econômica do município. Esse cenário reflete o que pode ser descrito como um “regime de visibilidade”: as leis urbanísticas foram aplicadas ou ignoradas de acordo com os interesses dominantes, perpetuando privilégios históricos e fornecendo uma forma à cidade, marcada pelo crescimento desigual e pelo desordenamento urbano.

Concomitantemente à crise econômica na qual o país se encontrava na década de 1980, entrou em vigor a Lei nº 6.766/79, que regulamentava loteamentos urbanos, e houve então uma diminuição do número de loteamentos aprovados em relação à década anterior. No entanto, não foi possível identificar o que fora impacto da nova legislação e o que fora consequência da crise que assolara a “década perdida”, caracterizada pela retração de investimentos estrangeiros, aumento da dívida externa, inflação, etc., o que afetou todos os setores produtivos, inclusive o da construção civil, com redução da oferta de imóveis e aumento do desemprego (RIBEIRO FILHO, 1997; BAGGIO, 2014).

A alta taxa de urbanização em Viçosa nas décadas de 1970 e 1980 não foi acompanhada de uma ocupação efetiva dos vazios urbanos, em função do seu alto valor, o que levou à expansão descontrolada das periferias (RIBEIRO FILHO, 1997). Ao mesmo tempo, foram criados condomínios fechados como, por exemplo, Bosque Acamari e Recanto da Serra, empreendimentos capitaneados pelas elites da cidade que, conforme Carlos (2008), se isolavam em bairros exclusivos e condomínios fechados, demonstrando as diferentes configurações presentes em um mesmo espaço urbano:

classes de maior renda habitam as melhores áreas, seja as mais centrais ou, no caso das grandes cidades, quando nestas áreas centrais afloram os aspectos negativos como poluição, barulho, congestionamento, lugares mais distantes do centro. Buscam um novo modo de vida em terrenos mais amplos, arborizados, silenciosos, e com mais possibilidades de lazer. À parcela de menor poder aquisitivo da sociedade restam as áreas centrais, deterioradas e abandonadas pelas primeiras, ou ainda a periferia, logicamente não a arborizada, mas aquela em que os terrenos são mais baratos, devido à ausência de infraestrutura, à distância de “zonas privilegiadas” da cidade, onde há possibilidades de autoconstrução – da casa realizada em mutirão. Para aqueles que não tem nem essa possibilidade, o que sobra é a favela, em cujos terrenos, em sua maioria, não vigoram direitos de propriedade (CARLOS, 2008, p. 48).

A paisagem urbana também foi marcada pela verticalização da área central da cidade na década de 1980, principalmente próximo à Avenida PH Rolfs, enquanto bairros populares apresentaram ocupação crescente. Promotores imobiliários privilegiaram as áreas centrais para investimentos devido à proximidade com a universidade e ao aproveitamento da paisagem da mesma (RIBEIRO FILHO, 1997; HONÓRIO, 2012). Nesse sentido, associa-se aos fatores que influenciam no valor de troca de imóveis elencados por Carlos (2008) como, por exemplo, localização do terreno, acesso a lugares considerados privilegiados, infraestrutura, privacidade e, no caso de Viçosa, o aproveitamento da paisagem da UFV.

As ruas Arthur Bernardes e Travessa Sagrados Corações, transformadas em calçadas no final da década de 1970, consolidaram-se como eixos comerciais da cidade. O trânsito tornou-se problema grave devido ao aumento expressivo da quantidade de veículos que

circulavam pelas ruas estreitas e mal pavimentadas. O bairro Ramos, que havia sido intensamente explorado por promotores imobiliários nas décadas anteriores, experimentou uma desaceleração nas construções. Entretanto, na década de 1990, iniciou-se um novo ciclo de verticalização, que refletia a preferência do mercado imobiliário por bairros de classes média e alta, bem como pela área central, reforçando a segregação socioespacial (RIBEIRO FILHO, 1997). Assim, a paisagem urbana mostrava uma clara divisão: áreas verticalizadas e densamente ocupadas e periferias marcadas pela ausência de infraestrutura básica e pelo aumento expressivo de habitações populares.

Ribeiro Filho (1997) afirma que, apesar da estagnação econômica e do fracasso dos planos de estabilização, no campo político ocorreram avanços como, por exemplo, o fim da Ditadura Militar e o início da redemocratização do país em 1985. A promulgação da Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo à política urbana, que foi replicado na Lei Orgânica Municipal de Viçosa, aprovada em 1990, incluindo artigos sobre política urbana e a criação de um plano diretor – que só foi instituído em 25 de maio de 2000, pela Lei Municipal nº 1.383.

Os indicadores sociais do início da década de 1990 atestam a precariedade das condições de vida da população pobre de Viçosa, que se concentrava nos bairros Bom Jesus, Santo Antônio, Nova Era, Nova Viçosa e Vale do Sol. Em contrapartida, Ramos, Clélia Bernardes e Parque do Ipê abrigavam segmentos de renda mais alta. Ainda assim, mesmo bairros heterogêneos, como o Centro, possuíam locais onde a população de baixa renda se aglomerava, como é o caso do Rebenta Rabicho. O poder público fornecia infraestrutura e serviços urbanos de forma desigual entre os bairros (RIBEIRO FILHO, 1997). A população pobre enfrentava grandes limitações no acesso a serviços básicos de qualidade, cenário frequentemente relatado nos jornais locais, com exemplos de mutirões comunitários realizados em bairros mais pobres.

O fato de a urbanização acelerada da cidade ter sido apoiada, principalmente, no crescimento do setor de serviços impulsionado pela universidade, levando à dependência de atividades urbanas, salienta a fragilidade econômica da cidade de Viçosa (RIBEIRO FILHO, 1997). Alves (2008) indica que, diferentemente de outras cidades que abrigam polos de pesquisa e ensino, como é o caso da UFV – especialmente no campo das ciências agrárias – a prefeitura de Viçosa possui baixa receita, uma sucessão de administrações ineficientes e não possui quantidade relevante de indústrias, nem outras fontes de impostos. Nos países que vivenciaram a industrialização de maneira tardia, o processo urbano também evoluiu

adaptando-se às particularidades locais. A globalização não apenas intensificou a urbanização, mas também resultou na ampliação das periferias e na criação de novos ambientes urbanos, moldados pelas dinâmicas econômicas e sociais globais (HONÓRIO, 2012).

Desse modo, observa-se que a urbanização de Viçosa na transição entre as décadas de 1980 e 1990 refletiu um modelo de desenvolvimento desigual no qual o capital imobiliário, as políticas públicas e a falta de planejamento urbano aprofundaram as disparidades sociais e espaciais na cidade, demonstrando que as normas urbanísticas refletiam os interesses das elites dominantes, mas não alcançaram eficácia social (RIBEIRO FILHO, 1997). O autor indica que no fim do século XX coexistiam duas cidades distintas dentro de Viçosa: a “cidade legal” – caracterizada por um número reduzido de edificações e loteamentos construídos conforme com a legislação –, e a “cidade ilegal”, que abrange loteamentos e edificações clandestinas, construídas sem respeito às normas ou qualquer supervisão do poder público, que corresponde à maior parte das construções da cidade.

Já no início do século XXI, a inauguração de instituições privadas de ensino – ESAV, FDV e UNIVIÇOSA – reforçaram o papel de Viçosa como uma cidade universitária e intensificaram as atividades relacionadas à educação superior como, por exemplo, serviços especializados, comércio e o setor imobiliário, que merece destaque por exercer forte influência na organização espacial da cidade (HONÓRIO, 2012). Corrêa (2011) enfatiza que a produção do espaço resulta das ações de agentes sociais concretos, cujos papéis são flexíveis e carregados de interesses e contradições. Nesse sentido, tais agentes presentes em Viçosa atendem à demanda habitacional gerada pela comunidade universitária enquanto configuram o espaço urbano de acordo com interesses próprios.

Segundo Honório (2012), na primeira década dos anos 2000, o mercado imobiliário de Viçosa foi aquecido devido a políticas habitacionais instauradas no primeiro governo Lula, sendo a principal delas o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Além disso, as políticas recentes de expansão das instituições federais de ensino superior, principalmente por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) - que reflete uma fase da política brasileira na qual o Estado retoma a educação como elemento central para o desenvolvimento nacional através da criação de novos *campi* e novos cursos em instituições situadas em cidades do interior do país e, neste caso, especificamente em Viçosa - intensificam os desafios pré-existentes como, por exemplo, a insuficiência de moradias para estudantes (HONÓRIO, 2012). A esses desafios, adiciona-se a especulação imobiliária principalmente no centro e em locais próximos às instituições de ensino e a periferização da

população de baixa renda da cidade, que permanece negligenciada em termos de infraestrutura e serviços públicos (ver figura a seguir).

Figura 4 – Matéria sobre a construção civil em Viçosa no ano de 2010 (18/02/2011)



Fonte: Folha da Mata

A cidade de Viçosa apresenta hoje um espaço urbano marcado por contradições. Nesse sentido, identifica-se que há, em Viçosa, uma “cidade dos que fazem o que querem”, ao ignorar as legislações urbanísticas a fim de maximizar a obtenção de lucro, em coexistência com uma “cidade dos que fazem o que podem” para garantir sua moradia, recorrendo a construções irregulares por não possuírem condições de cumprir às exigências, relegados a espaços precários, muitas vezes afastados de seus locais de trabalho e da infraestrutura urbana necessária.

Percebe-se que durante os momentos de expansão da UFV, desde a sua criação ainda no século XX, agentes hegemônicos – representados, principalmente, pelo setor imobiliário – exerceram grande influência no espaço urbano, intensificando a segregação espacial. Contudo, como demonstrado por Ribeiro Filho (1997), principalmente a partir dos anos 1970, Viçosa foi transformada em uma “máquina de produção urbana” voltada para os interesses do setor imobiliário. O poder público, muitas vezes negligente, privilegia o mercado e as elites na

construção e apropriação do espaço urbano, enquanto os segmentos populares são excluídos dessa equação. Assim, a análise do crescimento do espaço urbano de Viçosa permite atestar que a importação do urbanismo para o Brasil no início do século XX reforçou hierarquias sociais, concedendo grande liberdade ao mercado imobiliário e sanando as demandas populares em contextos de clientelismo e populismo (HONÓRIO, 2012).

Ribeiro Filho (1997), ao observar décadas de desrespeito aos códigos de obras vigentes no município, aponta que nos bairros mais centrais as exigências eram respeitadas com maior frequência, ao contrário das edificações dos bairros populares. Ainda assim, muitas edificações na área central da cidade estão em desacordo com a legislação, caracterizando uma “cidade ilegal” (RIBEIRO FILHO, 1997) presente tanto em bairros populares quanto em áreas de maior poder aquisitivo. Destaca-se também que as legislações privilegiaram tanto as classes superiores, que podiam seguir os padrões propostos, quanto os interesses de agentes imobiliários (RIBEIRO FILHO, 1997), como demonstrado na Figura 5.

Figura 5 – Fotografia utilizada em reportagem sobre ilegalidade de construções à margem do São Bartolomeu (27/10/2011)



Fonte: Folha da Mata

Assim, identifica-se a influência de atores como, por exemplo, bancos, empreiteiras, companhias ferroviárias, proprietários fundiários, grupos sociais excluídos, ordens religiosas, entre outros, que participam, em diferentes períodos e intensidades, do processo de produção do espaço urbano (CORRÊA, 2011). Em Viçosa, tais influências podem ser percebidas pela centralidade exercida pela igreja no início da ocupação da cidade, que atraiu principalmente comerciantes locais; pela presença da ferrovia que, ao ser expandida para atender a demandas específicas da economia nacional, passou a concentrar parte da população próxima a ela; os investimentos feitos pela família Chequer, que posteriormente abriram construtoras e imobiliárias para atender à crescente demanda por moradias na cidade de acordo com os momentos de expansão da UFV.

Carlos (2008) aponta que diferentes lugares da cidade são ocupados de acordo com a necessidade de se desenvolver determinadas ações – consumir, produzir, habitar ou viver. São agentes que, segundo Corrêa (2011), “se inserem no processo de produção, circulação e consumo de riquezas no interior de uma sociedade caracterizada por ser social e espacialmente diferenciada”. Tem-se, portanto, por um lado, o espaço produzido e reproduzido para a obtenção do lucro e, por outro,

a produção de um “espaço vernacular” por aqueles que invadem e ocupam terras públicas e privadas, produzindo favelas, ou por aqueles que, no sistema de mutirão, dão conteúdo aos loteamentos populares das periferias urbanas (CORRÊA, 2011, p. 47)

Ainda nesse sentido, evidencia-se a fusão de interesses do capital e da ação do Estado no espaço urbano, sendo a luta dos moradores – em Viçosa, percebida pela ocupação e autoconstrução na periferia – uma “forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade” (CARLOS, 2008, p. 26).

Em suma, identifica-se que o processo de urbanização de Viçosa, ainda que incipiente quando da instalação e expansão da Estrada de Ferro Leopoldina, só ganha intensidade e continuidade, de fato, com a instalação da ESAV, sendo que as dinâmicas urbanas e sociais da cidade ao longo do recorte temporal adotado refletem um processo marcado por transformações estruturais ligadas à federalização da UFV, aos momentos de expansão da mesma e ao papel desempenhado pelos agentes imobiliários e políticos locais. A segregação espacial é um dos legados mais marcantes desse processo, que se mantém em evidência até os dias atuais e demonstram, como afirmado por Carlos (2008, p. 23), que o “uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória”.

Ao reconhecer que os equipamentos do território são parcialmente responsáveis pelas diferenciações do espaço, identifica-se que o papel do Estado é fundamental na decisão de onde alocá-los. Contudo, a administração pública, que frequentemente os implanta de forma a atender as necessidades corporativistas, acaba por desempenhar o papel de

criador privilegiado de escassez; (...) [que] empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de um consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer (SANTOS, 2023, p. 123).

A produção do espaço urbano é resultado de interações complexas entre diversos agentes sociais, entre os quais o Estado desempenha um papel de destaque ao operar em múltiplas escalas, tanto intraurbanas quanto interurbanas (CORRÊA, 2011). Segundo Honório (2012), nas cidades onde os novos *campi* foram estabelecidos por influência do REUNI, as universidades se tornaram motores da economia local e a média salarial dos funcionários das instituições de ensino superior frequentemente supera a dos demais trabalhadores urbanos, estimulando o comércio, os serviços e, em especial, o mercado imobiliário e o setor de construção civil. Essa dinâmica é perceptível em Viçosa, especialmente com a ampliação dos cursos em 2008 (HONÓRIO, 2012). Segundo Carlos (2008), a observação das áreas destinadas à moradia em uma cidade, é capaz de revelar as maiores divergências entre os grupos sociais distintos e, nesse sentido, o capítulo seguinte se debruça sobre a análise das diferentes formas de representação da paisagem urbana de Viçosa.

A urbanização de Viçosa refletiu contradições típicas da urbanização brasileira, sendo uma delas a marginalização de populações excluídas do mercado imobiliário formal, levando ao crescimento das periferias urbanas. Dessa forma, percebe-se que a dinâmica de produção do espaço urbano em Viçosa reflete processos históricos, econômicos e sociais interligados, que são influenciados tanto por ações locais quanto por políticas de âmbito federal (HONÓRIO, 2012). O crescimento da cidade, diferentemente dos grandes centros urbanos da região sudeste, não foi acompanhado de industrialização, o que pode ser observado no fato de em 1991 apenas 19,8% da população economicamente ativa estava empregada na indústria, enquanto o setor de serviços, impulsionado pela universidade, concentrava 58,2% da PEA (RIBEIRO FILHO, 1997).

De maneira geral, Santos (2023) indica que, apesar de todos os fatores que diferenciam uma cidade da outra, os problemas enfrentados por todas as cidades brasileiras são parecidos – saneamento básico, habitação, transporte, saúde –, o que pode ser percebido em Viçosa onde, apesar de suas especificidades, tais questões se encontram presentes desde o início de sua

urbanização. Assim, no que diz respeito às características do processo de urbanização observado em Viçosa desde o início do século XX, é possível afirmar que ao mesmo tempo em que são realizadas obras de melhorias de infraestruturas, dificulta-se o acesso à terra nos locais que as receberam, agravando os problemas relacionados à habitação e repelindo a população pobre para as periferias. Já ao longo do século XXI, conforme Honório (2012), as ações afirmativas do governo federal no ensino superior impulsionaram a crença de agentes locais em um crescimento contínuo da demanda por imóveis, intensificando a prática da antecipação espacial.

Vale ressaltar que por mais que este trabalho se aproprie de teorias baseadas na existência de diferentes atores que influenciam a produção do espaço urbano em diferentes tempos, escalas e de acordo com seus interesses e intencionalidades, compreende-se, por outro lado, que nem toda ação é tomada de acordo com uma finalidade em comum – especialmente tratando-se de indivíduos que, embora influenciados por sua classe, cor, gênero, entre outras identificações, agem individualmente e de acordo com necessidades e situações ímpares. Conforme pontuado por Gomes (2013), é possível que haja associações entre tais fatores e escalas, sem que haja completa subordinação.

3 AS “VIÇOSAS” DOS ARQUIVOS

O capítulo final desta dissertação apresenta uma análise das fotografias coletadas nos acervos do Jornal Folha da Mata e do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa (ACH-UFV), os quais constituem as principais fontes documentais visuais disponíveis sobre o município. A partir dessas imagens, busca-se compreender as transformações da paisagem urbana de Viçosa ao longo das décadas e as dinâmicas que as influenciaram. Para isso, este estudo considerou os elementos retratados nas fotografias e os contextos históricos e sociais que afetaram a produção do espaço urbano viçosense, explorando as tensões entre o centro e a periferia, bem como as narrativas de progresso e exclusão presentes na urbanização da cidade.

3.1 Sobre a coleta e organização dos dados

Os arquivos selecionados para a pesquisa – Jornal Folha da Mata e ACH-UFV – constituem, atualmente, os maiores acervos fotográficos do município que se encontram disponíveis à consulta pública e que possuem uma organização periodizada do material, com legendas e/ou matérias que trazem informações fundamentais como, por exemplo, o ano da fotografia, o local e o evento fotografado. Os acervos digitalizados disponibilizados pelo ACH-UFV foram armazenados no sistema AtoM, sigla para o nome em inglês “Access to Memory”, cuja organização é de responsabilidade do ACH da Diretoria de Tecnologia da Informação da universidade (DTI), e reúne documentos de natureza diversa como, por exemplo, textuais, fotográficos e cartográficos desde 1922 (UFV, 2024). Segundo consta no site do acervo,

O AtoM é um software livre para descrição e difusão de documentos arquivísticos, criado por iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Trata-se de uma ferramenta gratuita e de fácil manejo às entidades custodiadoras espalhadas pelo mundo, visando à divulgação e disponibilização de seus acervos na internet. Com o software, a Ufv oferece mais um serviço de acesso à informação e difusão de sua memória, colocando-se ao lado de centenas de instituições nacionais e internacionais que aderiram a esta plataforma inovadora (UFV, 2024).

Foram consideradas fotografias de interesse aquelas que proporcionam visão frontal ou oblíqua, nas quais é possível visualizar aspectos da área urbana do município como, por exemplo, praças, ruas, fachadas de prédios. Essas fotos podem ou não conter pessoas – às vezes, são priorizados objetos específicos em cena; às vezes as pessoas são o assunto da foto, porém, é possível observar outros elementos na mesma. Por vezes, o assunto da foto era a ocupação de

determinadas áreas do município pela população como, por exemplo, passeatas, protestos e festas religiosas.

Já as fotografias encontradas no arquivo do Jornal Folha da Mata ilustram as reportagens por ele veiculadas e, por isso, essa etapa da pesquisa demandou que fossem folheadas todas as edições disponíveis dentro do recorte temporal selecionado. As edições encontram-se agrupadas em livros de acordo com o ano de sua publicação. Ao encontrar alguma foto que se encaixava nos critérios supracitados, a mesma foi fotografada digitalmente com uma etiqueta que indicava o ano de publicação, edição e data da edição na qual se encontrava.

Os registros feitos ou salvos durante a pesquisa incluem as manchetes, legendas e/ou matérias associadas a cada uma dessas fotografias, visto que os textos fornecem informações importantes a respeito de seu contexto. Posteriormente, o material coletado foi importado para o computador, organizado em uma pasta que contém exclusivamente as fotografias feitas do jornal. Já o material retirado do ACH-UFV foi salvo diretamente no computador, em pasta dedicada exclusivamente às fotografias encontradas nesse arquivo de origem. Dessa forma, ao serem agrupadas apenas de acordo com o acervo de origem, foi possível observá-las em sequência temporal. Salienta-se que as fotografias encontradas em ambos os arquivos foram produzidas por diferentes autores. No caso do jornal, em específico, há fotografias produzidas tanto pelos colunistas quanto por demais membros da equipe.

Dentre os documentos disponibilizados no ACH-UFV, foram consultados o Acervo de Fotografias, a Coleção “José Marcondes Borges” e a Coleção de Fotografias José Paulo Martins. O Acervo de Fotografias encontra-se organizado em coleções, sendo elas: Fotos da ESAV, Fotos da UREMG, Fotos da UFV e Fotos de Viçosa. Devido ao recorte espaço-temporal, foi consultada a seção de Fotos de Viçosa, já a seção Fotos da UFV concentra fotografias que não apresentam informações relevantes à pesquisa como, por exemplo, fotos de solenidades realizadas no interior de prédios da Universidade. Vale ressaltar que apesar do ACH-UFV fornecer um acervo riquíssimo, grande parte das fotos não foram aproveitadas para esta pesquisa devido aos assuntos retratados, à sua data de produção – que ora não é identificada, e ora antecede o recorte temporal adotado, dos anos 1970 a 2012 –, aos critérios adotados, o que inviabilizou o devido tratamento dos dados.

A seção Fotos de Viçosa possui 5 subseções, sendo elas: 01 – Viçosenses, 02 – Líderes e autoridades, 03 – Eventos, 04 – Arquitetura e urbanismo, 05 – Gestão do Prefeito César Sant'Anna Filho, e duas séries: Séries CA – Coleções e Álbuns e RNI – Regiões não identificadas. Todas elas foram consultadas, a fim de identificar a presença de fotografias que

integrassem o recorte espaço-temporal adotado. As que se enquadraram como objeto de pesquisa foram salvas em pastas específicas dedicadas a cada seção e nomeadas de acordo com ano de produção e subseção onde foi encontrada.

Vale ressaltar que não foram aproveitadas grande parte das fotografias presentes no ACH-UFV que, apesar de atenderem aos interesses da pesquisa, não possuíam o ano de produção. Assim, houve uma grande diferença na quantidade de material encontrada em ambos os arquivos consultados: do total de 1.217 fotos analisadas para o desenvolvimento desta pesquisa, apenas 68 foram retiradas do ACH-UFV, enquanto as 1.149 restantes foram retiradas do arquivo do Jornal Folha da Mata. Tal discrepância é justificada pelo fato de que nos arquivos do jornal foi possível identificar a data, localização e contexto de todas as fotografias encontradas ao longo dos 19 trabalhos de campo nele realizados, visto que se tratavam de ilustrações de matérias feitas sobre os locais retratados.

Na Tabela 1 encontra-se a quantidade de fotografias retiradas de cada pasta do AtoM/ACH-UFV. Não foram contabilizadas fotos de edições anteriores ao ano de 1974, pois as mesmas não se enquadraram nos critérios adotados para a realização da pesquisa. Já na Tabela 2, demonstra-se a quantidade de fotografias encontradas em cada livro analisado no arquivo do jornal.

Tabela 1 — Quantidades de fotografias retiradas de cada seção do Atom/ACH-UFV entre os anos de 1974 e 2012	
Pasta	Quantidade de fotos
Arquitetura e Urbanismo	9
Coleções e Álbuns	11
Gestão do Prefeito César Sant’Anna Filho (1977-1983)	18
Viçosenses	6
Coleção José Marcondes Borges	24
Total: 68 fotos analisadas	

Fonte: A autora (2024)

Tabela 2 — Quantidades de fotografias retiradas do arquivo do Jornal Folha da Mata em publicações feitas entre os anos de 1974 e 2012

Pasta/ Ano	Quantidade de fotos	Pasta/ Ano	Quantidade de fotos	Pasta/ Ano	Quantidade de fotos
1974	60	1986	50	2003	9
1975	60	1987	28	2004	15
1976	70	1988	31	2005	25
1977	39	1989	31	2006	20
1978	18	1990	29	2007	19
1979	19	1992	45	2008	6
1980	17	1993	22	2009	22
1981	17	1994	37	2010	10
1982	7	1999	34	2011	16
1983	13	2000	34	2012	17
1984	29	2001	23	TOTAL:	
1985	52	2002	23	1.149 fotos analisadas	

Fonte: A autora (2024)

A discussão proposta para o capítulo será dividida de acordo com a organização feita dos materiais de cada um dos arquivos, a princípio seguindo uma análise feita por décadas, no caso do jornal, e por seções, no caso do ACH-UFV. No que diz respeito às imagens utilizadas para integrar o corpo desta dissertação representam determinados temas que se repetem com frequência, e optou-se por organizá-las em montagens para que possam ser mantidas próximas aos parágrafos de referência, visto que as mesmas fazem parte da discussão central do presente capítulo.

3.2 A “Viçosa” do Jornal Folha da Mata

Nas análises realizadas no arquivo do Jornal Folha da Mata, é possível observar que determinados assuntos se repetem nas mesmas épocas ao longo dos anos, e são utilizadas fotografias de locais da cidade para ilustrar tais matérias. Destacam-se, nesse sentido, as reportagens que possuem como pauta a consequência das chuvas, principalmente nos bairros

periféricos e em áreas do centro da cidade onde são registrados alagamentos, que se repetem nos meses de dezembro e janeiro de todos os livros consultados. Nos meses de fevereiro, são utilizadas fotos que representam as ruas da cidade ocupadas por blocos e festas de carnaval.

As edições publicadas anualmente ao fim do mês de agosto possuem fotografias da UFV em homenagens prestadas pela prefeitura, por comerciantes e pelo próprio jornal em comemoração ao aniversário da instituição – comemorado no dia 28 de agosto –, muitas delas destacando sua importância para Viçosa. As fotografias da universidade também são constantemente utilizadas nos meses de janeiro até o início dos anos 2000 para divulgação das provas de vestibular para ingresso na universidade, antes da adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Fotos da UFV também são constantemente utilizadas no jornal para divulgar a realização da Semana do Fazendeiro, que ocorre nas dependências da universidade, e posteriormente são publicadas fotos do evento para ilustrar matérias que comentam a respeito dos fatos que marcaram cada edição do evento.

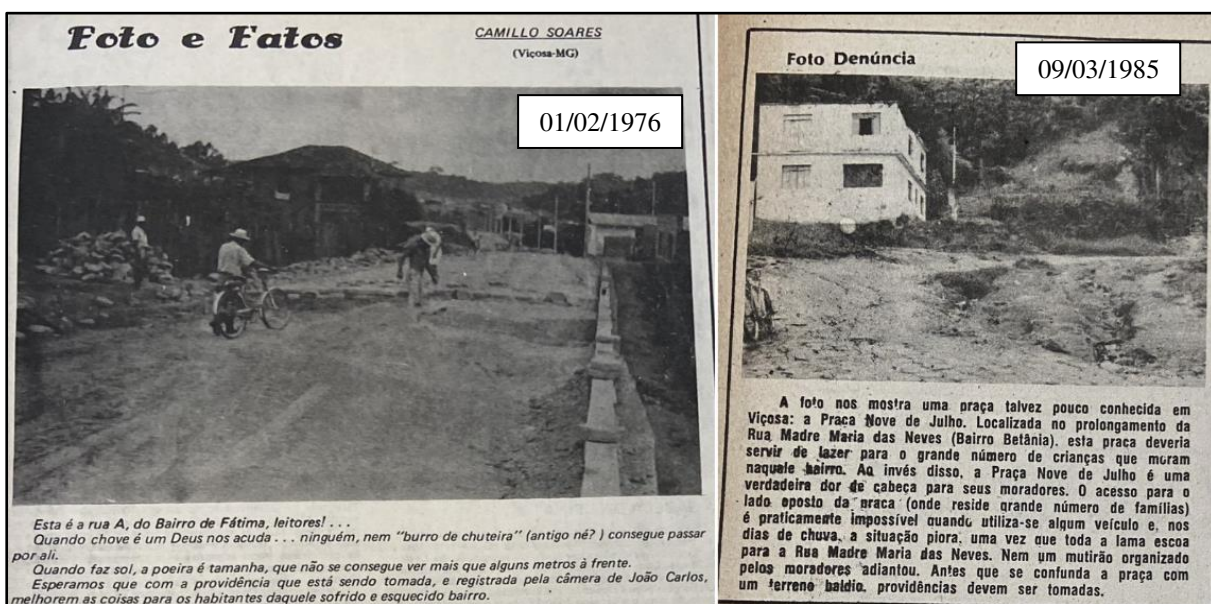
Já nas edições publicadas anualmente no mês de setembro costumam conter fotos dos desfiles em comemoração à independência do Brasil, realizados no centro da cidade, enquanto no fim do mês fotos também do centro – principalmente nas proximidades da Praça Silviano Brandão –, são utilizadas para ilustrar homenagens feitas por comerciantes e pelo próprio jornal pela ocasião do aniversário do município, comemorado no dia 30 de setembro. Nas edições seguintes, aparecem fotografias dos desfiles realizados no centro da cidade em comemoração à data. As praças da região central de Viçosa também são fotografadas com frequência para representar festas religiosas, bem como manifestações feitas por servidores e professores da UFV em períodos de greve.

Percebeu-se também a utilização de fotos da cidade em propagandas feitas pelas diferentes administrações da prefeitura do município. Nessas propagandas, era comum a presença de retratos de obras realizadas em diferentes bairros da cidade, principalmente obras de calçamento, saneamento básico e iluminação pública realizadas em bairros periféricos. Contraditoriamente, na maioria das reportagens escritas e ilustradas pelo próprio jornal a respeito da cidade, as principais queixas são referentes à falta de saneamento básico, da coleta de lixo e pavimentação das ruas e à presença de esgoto a céu aberto, sendo que a maioria desses problemas se distribuem em bairros periféricos. Tais reclamações são registradas e fotografadas nos bairros centrais em frequência muito menor, mas vale ressaltar que dentre os locais da região central que aparecem constantemente em queixas, denúncias e como protagonista de problemas urbanos, destaca-se a rua Dona Gertrudes.

Ao longo da década de 1970, registros da UFV começam a ser utilizados para anunciar os novos cursos de graduação e de pós-graduação oferecidos pela instituição após sua federalização, ocorrida em 1969. A questão do trânsito, principalmente no que diz respeito ao aumento da quantidade de automóveis nas ruas e nos problemas ocasionados pelo mesmo, aparece diversas vezes ao longo dessa década, expondo um dos problemas relatados por Ribeiro Filho (1997). Em contrapartida, outras reportagens retratam a presença da circulação de veículos de tração animal e a construção de pontos específicos para os mesmos, sendo um dos reflexos das desigualdades sociais que, segundo Ribeiro Filho (1997) e Honório (2012), se aprofundaram na época: a dificuldade de acesso e compra de automóveis por parte significativa da população do município.

A coluna “Foto e Fatos”, escrita por Camillo Soares e ilustrada por fotografias feitas pelo mesmo ou enviada por leitores do jornal, passa a expor problemas como, por exemplo, ausência de coleta de lixo e de asfaltamento em vias públicas. Essas questões eram denunciadas, muitas vezes, pelos próprios moradores dos locais afetados, sendo eles principalmente os bairros periféricos da cidade, como ilustrado pela Figura 6. Há matérias que também retratam os problemas encontrados no centro, contudo, aparecem em menor frequência em relação às periferias. Após aproximadamente 9 anos, a coluna passa a ser chamada “Foto Denúncia”, reforçando sua função de exposição dos problemas de responsabilidade da administração pública.

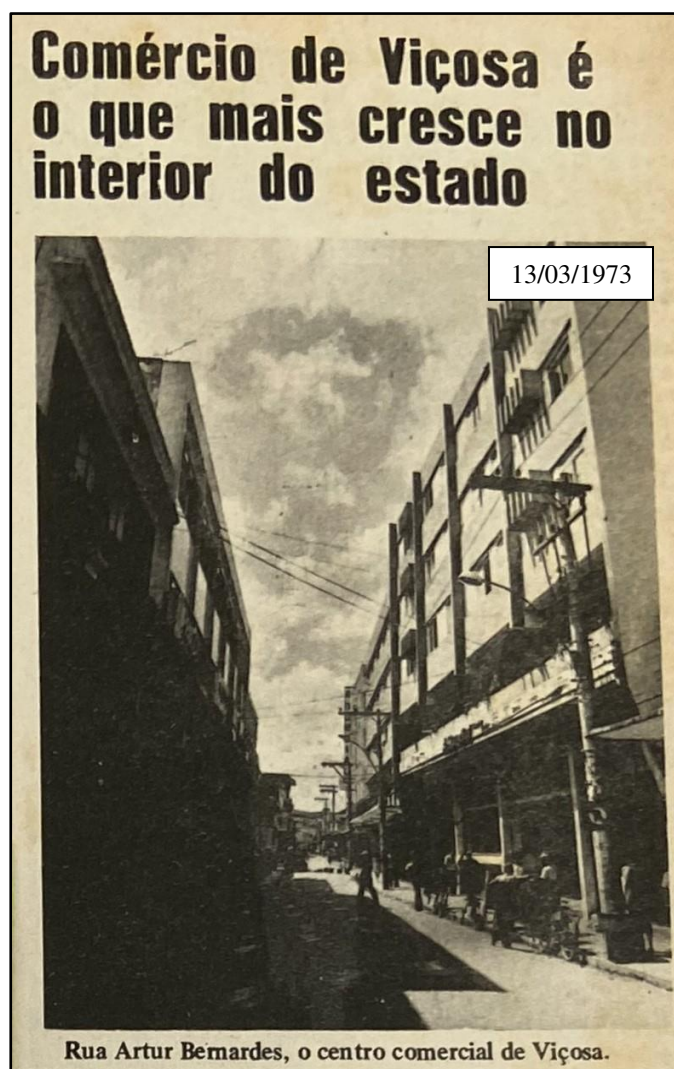
Figura 6 – Ilustração das colunas “Foto e Fatos” e “Foto Denúncia” em 1976 e 1985



Fonte: Folha da Mata

O crescimento do comércio é estampado em matéria do jornal por uma fotografia do Calçadão Artur Bernardes, que passa a ser tratado como o centro comercial de Viçosa (Figura 7). A administração do prefeito César Santana Filho (gestão 1977-1983) utiliza do espaço do jornal para divulgação de suas benfeitorias – referindo-se, principalmente, ao crescimento e ao progresso da cidade –, enquanto também estão presentes fotografias que mostram a falta de pavimentação em muitas ruas da cidade – inclusive no centro, como, por exemplo, a rua Papa João XXIII e a rua Dona Gertrudes – e a presença de buracos encontrados em diferentes vias já pavimentadas. Destacam-se as fotos que acompanham a divulgação do lançamento de novos loteamentos surgidos no fim da década de 1970 – Vale do Sol, Santa Clara, Fuad Chequer, Santo Antônio, João Braz, Vereda do Bosque –, sendo grande parte deles criado pela Construtora Chequer durante a primeira gestão do prefeito Antônio Chequer (1973-1977).

Figura 7 – Calçadão Artur Bernardes é mencionado como o centro comercial de Viçosa



Durante a década de 1980, conforme demonstra a Figura 8, chamam a atenção reportagens acompanhadas por fotos do calçamento de ruas situadas no centro da cidade – Gomes Barbosa e avenida Bueno Brandão –, a realização de outras grandes obras no centro como, por exemplo, a conclusão do Calçadão Artur Bernardes, revitalização da praça Silviano Brandão – que em 1987 é apontada como símbolo de desenvolvimento e “cartão de visitas da cidade” –, enquanto outras matérias retratam a falta de pavimentação em bairros como, por exemplo, Fuad Chequer, Santo Antônio, João Mariano e a rua Capitão José Maria.

Os bairros de Fátima, Nova Viçosa, Bom Jesus, Betânia, Cantinho do Céu – notadamente periféricos – se queixam da ausência de infraestrutura básica e fazem campanhas para o calçamento das ruas, até mesmo solicitando material para que as obras de pavimentação e de instalação de sistema de esgoto sejam realizadas em forma de mutirão, prática previamente apontada por Ribeiro Filho (1997).

Figura 8 – Reivindicações pelo calçamento nos bairros de periferia na década de 1980 e as obras em forma de mutirão para concretizá-la



Fonte: Folha da Mata

São realizadas duas reportagens sobre o Rebenta Rabicho, destacando a pobreza e a marginalização de uma favela situada na região central da cidade e os problemas encontrados no local desde o início de sua ocupação, além de outras duas matérias sobre os consecutivos desrespeitos ao código de obras em vigor no município, como tratado detalhadamente por Ribeiro Filho (1997). Também há reportagens onde se retratam queixas realizadas sobre o acúmulo de lixo em ruas como, por exemplo, Álvaro Gouveia, Gomes Barbosa e Rua dos Passos, além de denúncias sobre o estado de abandono em que se encontrava avenida Santa Rita, que indicam a negligência do poder público até mesmo na área central da cidade.

No ano de 1985, evidencia-se uma coluna intitulada “A cidade de seus problemas” que, em pelo menos 6 edições, aborda queixas e reivindicações feitas por moradores de bairros que constantemente são assuntos de matérias do mesmo teor como, por exemplo, Bom Jesus, Santo Antônio, Vale do Sol, Alto das Amoras, Lourdes e São Sebastião. No mesmo ano, a coluna “Foto Denúncia” aborda a ausência da administração pública na periferia Viçosense. Tais temas são abordados em nova coluna que surge no ano de 1986, “Folha da Mata nos bairros”. Na apresentação da coluna – edição de número 899, de 04 de junho de 1986 – informa-se que:

(...) os bairros terão seu espaço na FOLHA DA MATA, para a divulgação de seus acontecimentos e reivindicações.

Via de regra, relegados a um segundo plano, os bairros viçosenses (principalmente da periferia) não recebem uma devida atenção das autoridades municipais, geralmente, até mesmo pelo não conhecimento desses problemas.

Essa coluna pretende ser uma Tribuna aberta às reivindicações comunitárias dos bairros, objetivando divulgar suas realizações e os seus problemas. (...) (FOLHA DA MATA... NOS BAIRROS, 1986).

Em 1987, o jornal é novamente utilizado como veículo de propagandas da administração de outro prefeito, José Américo Garcia (gestão 1983-1988), com intuito de demonstrar o que foi feito em bairros periféricos durante sua gestão – Fátima, Conceição, Sagrada Família e Bom Jesus, especificamente. No ano seguinte, observa-se a presença de propaganda eleitoral feita pelo candidato Antônio Chequer, concorrendo novamente à prefeitura, sobre as ruas que foram pavimentadas durante sua primeira gestão. Enquanto isso, as fotografias que retratam a precariedade da infraestrutura básica nos bairros periféricos de Viçosa se mantêm como pauta no fim da década de 1980, junto a questionamentos a respeito da circulação de transporte público em ruas da periferia.

Vale ressaltar que, como demonstrado por Santos (2023), o Brasil passava por um momento de recessão econômica e mudanças políticas durante a década de 1980, cujos desdobramentos em Viçosa podem ser observados em reportagens que ilustram a ocupação do

centro da cidade em manifestações do movimento “Diretas Já”, em 1984, com concentração na Praça Silviano Brandão e passeata no Calçadão Artur Bernardes, e em protesto realizado em 1987 contra os juros altos, cuja concentração também ocorreu na Praça Silviano Brandão.

No entanto, no ano de 1988, os novos prédios que eram construídos no centro da cidade – especificamente na rua Milton Bandeira – eram retratados em matéria que afirma que, apesar do setor da construção civil não estar mais tão aquecido como se encontrou na década de 1970, o mesmo ainda representava uma das atividades econômicas mais importantes para Viçosa, empregando grande parte da população economicamente ativa, apesar da crise que atingia o país ao apostar no crescimento da cidade.

Em 1989, outra reportagem ilustrada por prédios já finalizados no centro da cidade, indica que a crise nacional da habitação chegava à Viçosa, sendo a procura por apartamentos para aluguel maior do que a quantidade de imóveis disponíveis para tal finalidade. Em meio a esse cenário, os mesmos prédios cujas construções foram retratadas no ano anterior estampam novamente o jornal, dessa vez com a obra concluída e em propaganda patrocinada pela empreiteira responsável pela mesma, afirmando através de seus empreendimentos que “Viçosa é progresso”, como observado na Figura 9.

Figura 9 – O mesmo prédio ilustrado em dois momentos diferentes, nos anos de 1988 e 1989, respectivamente



A década de 1990, por sua vez, inicia com retratos do denominado “Shopping Chequer” no centro da cidade, local que concentra parte do comércio informal de Viçosa, sendo o aumento do número de camelôs indicado na reportagem um reflexo do aumento do trabalho informal. Há também matérias que tratam do incômodo causado pela presença de ambulantes e comerciantes informais no Calçadão Artur Bernardes. Os problemas relacionados ao trânsito voltam a ser criticados, e nas fotos do centro utilizadas nas reportagens começam a aparecer prédios com mais de 10 pavimentos no local, mas ainda predominam os prédios de 4 pavimentos. Ainda assim, é possível perceber o início de um intenso processo de verticalização na região central da cidade, que se tornaria ainda mais perceptível no final da década.

As reclamações da falta de infraestrutura e serviços básicos nos bairros periféricos continuam a ser assunto de reportagens e colunas – Rebenta Rabicho, Santa Clara, Betânia, Nova Viçosa, Lourdes, Nova Era. Além disso, como exemplificado pela Figura 10, começam a ser apontadas as irregularidades presentes em loteamentos, na concessão de alvarás para construção e o descumprimento das leis municipais, inclusive pelas obras realizadas pela construtora do então prefeito Antônio Chequer (gestão 1989-1992) no centro da cidade, demonstrando que o descumprimento das normas pelo próprio prefeito da cidade serviu de justificativa para que demais empreiteiras também as ignorasse.

Figura 10 – Denúncias do descumprimento de normas urbanísticas (02/11/1991)



Fonte: Folha da Mata

São realizados novos mutirões nos bairros Bom Jesus, Silvestre e avenida das Arábias, que liga os bairros Bom Jesus, Estrelas, Fátima, Santa Clara, São Sebastião e Vale do Sol, e permaneceu sem calçamento até o ano de 1999. Novamente a questão do acúmulo de lixo, entulhos e sujeira em ruas de grande visibilidade e movimentação na região central da cidade – avenida Bueno Brandão, PH Rolfs, Morro do Pintinho – é trazida à tona, bem como a rua Dona Gertrudes que continua apresentando uma série de problemas urbanos e que, segundo matéria do ano de 1994,

“(…) tem de tudo que contribui para desqualificar uma rua, como por exemplo, buracos, poeira, falta de limpeza pública, estacionamento dos dois lados, material de construção no meio da rua, ferro velho, prédio abandonado (antigo Colégio Raul de Leoni) e os dois maiores depósitos de lixo da cidade (…)” (RUA D^a GERTRUDES É CONHECIDA PELA LAMA, BURACOS, RATOS E LIXO, 1994)⁸.

A universidade aparece dessa vez para retratar a desocupação das casas da Vila Gianetti que até então eram imóveis residenciais situados dentro do *campus* da UFV, onde habitavam alguns dos professores da universidade. A estrada de ferro que cortava o centro da cidade é lembrada, em reportagem de 1992, como símbolo de progresso da região em seus “tempos áureos”, remetendo-se ao ciclo do café, no qual a circulação pela mesma era intensa. A ferrovia foi desativada em 1996 e em 1999, em matéria sobre seu desmonte, já é tratada como uma antiguidade, um entulho que impossibilita a abertura de novas vias e, conseqüentemente, o progresso do município (Figura 11).

Figura 11 – A ferrovia cai em desuso



Fonte: Folha da Mata

⁸ Posteriormente, na edição de número 1426, publicada em 29/06/1996, a rua Dona Gertrudes é chamada de “a rua da paciência”, que volta a sofrer com as enchentes e com o descaso da administração pública para resolver o problema.

Novos questionamentos são levantados a respeito do comércio informal no centro da cidade, incluindo agora a questão do comércio ambulante representado por *trailers*, camelôs e barracas montadas em espaços públicos e questionando a possibilidade de convivência entre a cidade e a quantidade crescente de camelôs que se espalharam pela mesma. As periferias continuam sofrendo com alagamentos e deslizamentos de terras nos períodos chuvosos e, após décadas de reivindicações, o Rebenta Rabicho recebe obras de rede pluvial e sinaliza-se a intenção de nomear suas ruas.

Logo após a realização das obras, o local aparece novamente no jornal, mas agora retratando o trabalho da prefeitura em forma de propaganda patrocinada pela mesma, que em outras edições também divulga o asfaltamento de ruas no Bom Jesus, a arborização e criação de jardins e canteiros na cidade como parte de um projeto de recuperação paisagística iniciado na gestão do prefeito Fernando Sant'Anna (1997-2000), a importância do pagamento de impostos para a realização de obras de melhorias na cidade e orientações a respeito da construção de novos imóveis visando o ordenamento do crescimento da cidade.

Em 1997, a cidade de Viçosa aparece recorrentemente em coluna assinada por Ítalo Stephan, professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da UFV, que escreve sobre a ocupação da cidade, seus problemas urbanos, o código de obras, o patrimônio histórico viçosense e o ressurgimento das discussões a respeito da elaboração de um Plano Diretor para o município, que só veio a ser formalizado três anos depois, em 2000 (Figura 12). A partir do ano de 1998, fotografias utilizadas em homenagens prestadas no aniversário de Viçosa atestam a intensificação do processo de verticalização do centro da cidade (Figura 13). No final da década, destaca-se as fotografias do início das obras dos edifícios Jacyra do Vale e Sebastião Cunha Castro em frente às 4 Pilastras, empreendimento da Construtora Carvalho & Chequer realizado em desacordo com o código de obras do município.

Figura 12 – Coluna assinada pelo professor Ítalo Stephan (DAU), no ano de 1997

Caótica Viçosa

ÍTALO STEPHAN
Professor do Departamento de
Arquitetura e Urbanismo da UFV

30/05/1997



Não chega a ser novidade nenhuma quando ouvimos, por parte de quem vem a Viçosa, falar de descolpo, que se tem logo as pessoas que vêm a Viçosa, sejam pessoas de outros estados ou mesmo de vários países. A expectativa que uma universidade do porte da UFV gera, nos visitantes ou futuros moradores, é de se encontrar uma realidade bastante diferente. E para quem se dirige ao Campus, logo ao chegar, imediatamente percebe o contraste. Para quem necessitará procurar um imóvel para morar, confrontará uma situação ainda mais acentuada, enquanto percorrer os seus bairros.

A impressão é de um enorme descaço. Falta arborização, faltam áreas verdes. As construções em geral avançam sobre as ruas, não há preocupações com os aspectos construtivos, não existem calçadas. Impere o aspecto de improvisado, e o custo altíssimo dos imóveis. Atualmente, ocupando áreas públicas, se multiplicam absurdamente os trailers de lanchonetes, bancas e outras estranhas construções para uso do comércio, como se a cidade tivesse demanda para tal. A cidade, com raríssimas exceções, parece um grande acampamento, cada vez mais estruturada, triste e feia. Resultado de desmandos e pichadas políticas. Retrato evidente das más administrações anteriores, do menorprezo aos cidadãos, da falta de identidade.

Essas impressões já foram comentadas por muitos pesosas, inclusive pelo recente visitante, o Dr. Roberto Segre, arquiteto e crítico de arquitetura conceituado mundialmente que, em sua segunda palestra na UFV, após circular pela cidade, demonstrava uma evidente e enorme decepção e não conseguiu deixar de perguntar porque nada se faz para mudar.

A situação caótica se constata também nos grandes problemas urbanos, tais como a falta de planejamento, na ausência de investimentos para implantação de indústrias, no desemprego, na carência de unidades habitacionais, na existência de vazios urbanos, com muitas áreas degradadas e sub-utilizadas, enquanto a população mais carente se vê obrigada a morar cada vez mais longe do centro da cidade ou para cima de perigosas encostas. Além disso nota-se a inexistência de praças com arborização e equipamentos de lazer, principalmente nos bairros mais afastados. Terrenos sem muros e calçadas largas espalham em todos os lugares, independentemente das condições dos residentes.

É característica própria de Viçosa ter uma parte de sua população flutuante, ou seja, vem para morar por alguns poucos anos, para trabalhar ou para estudar na Universidade; para quando se pouco exige como o

tico de moradas que necessitam ocupar durante a sua passagem por aqui, contribuindo em parte para o aspecto "descaçado" das ruas e edifícios. Outra característica é a de possuir um alto número de veículos por capita, que, circulando pela cidade, causam inaceitáveis dificuldades de trânsito no centro.

Multíssimo grave também é a inexistência de regras mínimas legais, isto é, os problemas sem leis para o zoneamento, sem aplicação a lei de parcelamento, sem as leis de uso e ocupação do solo, sem um código de obras, que impeçam a construção de verdadeiras barbaçadas que vemos em todos os lugares. São conseqüências diretas desta anarquia, dentre outras, a destruição dos exemplares de uma cultura que a cidade já teve e vai esquecer; o adensamento da população na área central, que provocará mais engarrafamentos; salutará a infraestrutura de serviços urbanos (água, esgoto, energia elétrica), exigindo sempre obras

novas e cada vez mais caras. A realidade encontrada se contraria com o alto grau de exigências que grande parte da população possui, como os familiares dos professores universitários, por exemplo, e com os inúmeros estrangeiros que aqui vêm. E mesmo se formos com a indispensável colaboração da UFV, quase todas as soluções serão tomadas a médio e longo prazos. Queremos acreditar no início destas medidas o quanto antes, para não tomarmos inviáveis as chances que ainda temos de criar melhores condições de vida, que uma cidade deste porte e de destaque indiscutível no cenário nacional, tem a obrigação de oferecer aos seus habitantes. Certamente isto só poderá acontecer como resposta às cobranças de uma comunidade consciente de seu papel ativo. Se hoje somos o resultado do que foi feito no passado, como seremos julgados pela pais em 2.010, 2.057, 2.708, 19.970...?

A CIDADE E O RIBEIRÃO

ÍTALO I. C. STEPHAN
Professor do Departamento de
Arquitetura e Urbanismo da UFV

24/05/1997



A maioria das cidades brasileiras surgiu ao longo da costa Atlântica de cursos d'água no interior do país. No século passado, outras inúmeras cidades surgiram ao longo das estradas de ferro que se espalharam rapidamente em todos os cantos do país. Apesar de terem sido os principais vetores de desenvolvimento por tempo, hoje em dia esses importantes corredores são áreas esquecidas e evitadas pelas novas tendências de crescimento urbano.

Viçosa não tem um curso d'água de grande porte, mas tem o ribeirão São Bartolomeu e os seus afluentes, que atravessam a sua área urbana. A área central e vários dos seus bairros, inclusive o campus da UFV, surgiram e cresceram jogando desproporcionadamente nos cursos d'água seus esgotos, lixo e entulhos, transformando-os em uma triste e densa realidade. Grande parte de sua vegetação ribeirinha juntamente com os peixes desapareceu. O contínuo assoreamento contribuiu em muito com inúmeras enchentes. Construtores invadem continuamente as margens dos cursos d'água, alterando-lhes os trajetos sem se preocuparem com a obediência à legislação federal e com as conseqüências da maneira com que o agredem. Felizmente ainda temos as lagoas e um pouco de áreas verdes dentro do Campus da UFV, para não termos uma situação muito pior.

O ribeirão São Bartolomeu, quem dirá, já foi, por muitas décadas, um importante local de recreação, atraindo nadadores e pescadores. Isso aconteceu até na trinta e cinco anos atrás, hoje em dia, o pobre São Bartolomeu e seus afluentes são cursos d'água mortos e mundos, com montes de lixo e resíduos.


Soluções como a simples canalização dos cursos d'água empurram águas mortas e vários outros problemas ambientais para áreas mais afastadas da cidade. Estes corredores podem vir a cumprir um papel vital de ligação entre partes diferentes da cidade, e também entre as futuras áreas verdes recuperadas, favorecendo o reaproveitamento de animais silvestres. Virá o dia em que teremos, como já existem emcentenas de cidades em vários países, soluções tais como corredores verdes e áreas de atividades culturais e de lazer ao longo dos rios. A contínua construção desses espaços encontra cada vez mais exemplares, de todos os portes, por todo o lado do mundo civilizado. A pequena cidade alemã, Cochen, por exemplo, atrai turistas que caminham em vários trechos ao longo de um ribeirão, escondendo o lixo do seu lixo a canalização dos esgotos os quais são tratados ao seu próprio. No Canadá, o pequeno povoado de Bear River trata os esgotos (em uma estufa dotada de uma série de tanques repletos de espécimes vegetais e animais) antes de jogar seus efluentes no rio cheio de trutas.

Todavia, as soluções urbanas para o futuro nascerão do desejo de mudança, da participação efetiva e da conscientização dos seus habitantes e governantes. Não podemos ignorar plenamente todo o potencial que esses pequenos fabulosos corredores vislumbram, inclusive de reforçar o caráter urbano de uma melhor qualidade de vida e do orgulho que deveremos ter de nossa comunidade. Ao longo do ribeirão São Bartolomeu nos seus descendentes terão, um dia o prazer de caminhar sobre agradáveis espaços, linhas arborizadas, de tomar solvetes ou ouvir jas e, quem sabe se distrair observando animais e plantas silvestres.

Fonte: Folha da Mata

Figura 13 – Homenagens feitas a Viçosa pelo aniversário da cidade (1998)

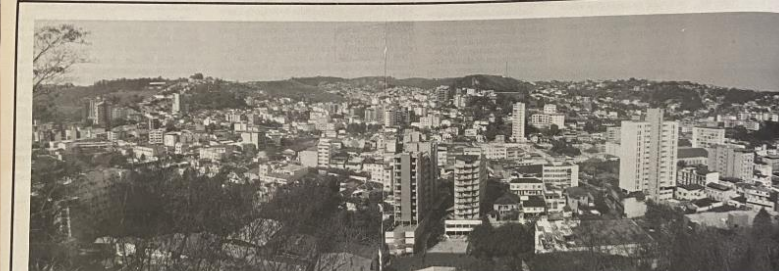
25/09/1999



Viçosa
Mais bela em seu 128º aniversário

Os atuais administradores públicos de Viçosa parabenizam os viçosenses que trabalharam no passado e trabalham no presente para a existência de uma das mais belas e aprazíveis cidades mineiras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA
A transparência construiu o futuro



"Ó Viçosa que me encantas. E a todos também acolhes. Pois, se cultura tu plantas, Quanto carinho tu colhe!"

Nesta data tão significativa, quando Viçosa comemora 127 anos de emancipação político-administrativa, associamo-nos às alegrias de seu povo e abraçamos esta terra querida

26/09/1998

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA

Fonte: Folha da Mata

Nas fotografias analisadas entre os anos de 2000 e 2012, observa-se que as fotos utilizadas tanto em propagandas da prefeitura, nas homenagens do aniversário da cidade e

demais reportagens que tratam sobre o município de maneira geral, sem retratar assuntos de um bairro ou rua específico, ainda são aquelas que representam a área central da cidade, que a cada ano dentro deste recorte de tempo se encontra mais verticalizado, como pode ser visto na Figura 14. Nessas ocasiões, frequentemente se refere ao “progresso” do município.

Figura 14 – A verticalização do centro de Viçosa no início do século XXI



Enquanto isso, um artigo publicado no ano 2000 aborda como as transformações urbanas refletem uma desconexão entre necessidades coletivas da população e os valores que deveriam nortear o planejamento urbano, criticando a mercantilização do espaço urbano em Viçosa, cujo planejamento não considera ideais coletivos, e que acaba por reproduzir valores que privilegiam interesses econômicos e simbólicos, em detrimento da criação de um ambiente que promova encontros produtivos e relações humanas mais profundas (Figura 15). O autor questiona o papel das políticas e órgãos públicos na construção do espaço urbano, sugerindo que a cidade precisa ser mais do que uma aglomeração de prédios e que a urbanização deve ir além da lógica do consumo e da estética, partindo de um esforço público e cultural para atender às demandas da sociedade como um todo e tornando-se um instrumento que favoreça o bem-estar coletivo.

Figura 15 – “Deformações urbanas” (13/05/2000)

Deformações urbanas

Aquele menininho que dizia "essa, eu posso ir lá fora?", mas agora apenas ficava um momento dentro do vento azul...
 Agora não preciso pedir licença a ninguém, porque não existe paisagem lá fora: apenas concreto e cimento.
 Isso não mais me fará a face como um cão amigo...
 Mas o azul irreversível persiste em meus olhos.
ALVARO QUINTANA

Edmar Augusto Vieira
E-mail: edavieira@alunos.ufv.br

nosso desejo reprimido de cidade. É como se fôssemos nós que estivéssemos lá, apreciando a paisagem, querendo estar o mais perto possível da cidade desejada. Ilusão, pois aquilo não representa o progresso em direção à cidade do desejo. Pelo contrário, aquilo violenta a possibilidade desse progresso! Se nossa sensibilidade percebe essas mutações como alentadoras, ou mesmo como simples sinais de progresso, isso se deve à fragilidade de nossos sistemas culturais, em particular da nossa cultura urbanística, que não foi capaz de propor e de expressar outros valores, objetos e imagens portadores de uma nova concepção de cidade materialmente viável, à altura, inclusive de se contrapor às concepções dominantes.

Nossa estrutura de poder não incentivou e não deu espaço ao desenvolvimento de novos ideais urbanísticos, seja no plano cultural ou no campo da ordem jurídica. Contudo, penso que esses valores e ideais são fortes, reprimidos e operam, muitas vezes, mediante verdadeiras inversões ideológicas. Para ver isso, convém recorrer à nossa foto emblema. Convido o leitor a fazer um giro de 180 graus na câmara do fotógrafo. Imagine-se do alto daquela muralha de edifícios e aperte o botão da máquina: pronto! Está aí nosso verdadeiro e reprimido ideal de cidade! Estão lá o São Bartolomeu ainda belo, o gramado, os prédios guardando uma distância civilizada entre si; estão lá os passeios por onde trafegamos com liberdade, as árvores que gostaríamos de ver da janela de nossas casas, o vento que gostaríamos de farejar pelas manhãs de domingo. Como se não bastasse, você ainda teria revelado a feição material do sonho de dez em cada dez cidadãos viçosenses, o de ter acesso aos bens simbólicos que a cultura ali organiza e transmite, talvez a maior de todas as funções sociais da cidade neste milênio que se avizinha.

A cultura urbanística dominante, atrelada à construção civil e a tudo que se relaciona à "civilização do automóvel", está produzindo desastres de proporções insuportáveis. Limitada à lógica do uso lucrativo ou privativo do espaço, essa cultura não comporta nenhum projeto inerente

Amplamente veiculada em jornais locais, a foto da paisagem urbana escolhida em ocasião especial para fins de publicidade oficial é emblemática, pois representa um ideal de cidade com o qual nossas leis, instituições e cultura estão profundamente comprometidas.

Nossa estrutura de poder não incentivou e não deu espaço a novos valores e ideais urbanísticos, seja no plano cultural ou no campo da ordem jurídica.



"A muralha" em construção. De que lado está a cidade desejada?

de civilidade urbana. Pelo contrário, a visão de cidade que confunde concreto empilhado com progresso, ruas urbanas com estradas, vias expressas com a melhor forma para encurtar distâncias, é uma dessas visões mais deformadoras a governar o destino de nossas cidades. No Brasil, coube ao malufismo a incumbência de levá-la às últimas consequências, a ponto de produzir, em São Paulo, um dos maiores desastres urbanos da nossa época, para falar apenas de um tipo de desastre que pode ser imputado a essa variante da cultura política brasileira.

Nosso regime urbanístico não logrou democratizar o acesso ao belo, ao agradável ou a tudo que possa significar qualidade de vida urbana. A acentuada concentração dos investimentos públicos e privados aumenta a disparidade do preço do solo, deteriora a paisagem urbana, destrói o meio-ambiente, torna caótico o trânsito e acirra as desigualdades sociais. Em consequência, presenciaremos a proliferação dos espigões e, simultaneamente, a formação de periferias urbanas. O novo regi-

me urbanístico da cidade precisa pôr fim a esse círculo vicioso. Voltarei a esse assunto em outra oportunidade.

Atrelada à construção civil e a tudo que se relaciona à "civilização do automóvel", a cultura urbanística dominante está produzindo desastres de proporções insuportáveis, ao confundir concreto empilhado com progresso, ruas urbanas com estradas e vias expressas com a melhor forma de encurtar distâncias.

Por ora, convém enfatizar a natureza cultural do desafio que temos de enfrentar: precisamos fazer a crítica da cultura urbanística dominante, desmistificá-la, demonstrar que o que nos parece ser o progresso em direção à construção do ideal de cidade não passa de uma progressiva destruição da possibilidade dessa construção. Há que se inventar e valorizar novos objetos e imagens que abriguem a possibilidade de uma nova cidade materialmente viável. E preciso dar luz a valores mais nobres. A cidade é uma coletividade de pessoas vivendo juntas; é o nosso abrigo, como se fosse a continuação de nosso corpo; é garantia de nossa privacidade, assim como a possibilidade da vida compartilhada. Ela é a síntese de nossas contradições e diferenças. Por isso, nossa cidade deverá estar apta a abrigar mais democracia e participação, menos violência, mais solidariedade, menos corrupção, mais beleza, mais espaços públicos, mais encontros... Por que não medirmos nossa evolução através de imagens que expressem esses valores?

Fonte: Folha da Mata

O Calçadão Artur Bernardes se mantém como representação do principal centro comercial de Viçosa, sendo utilizado para retratar matérias que tratam sobre o comércio, principalmente em datas comemorativas. Outras áreas do centro como, por exemplo, as proximidades das 4 Pilastras, passam a ser utilizadas em propagandas patrocinadas pela prefeitura a fim de conscientizar os cidadãos sobre a necessidade de se respeitar a Lei de Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento do Município (lei nº 1.420/2000), como ilustrado pela Figura 16.

Figura 16 – À esquerda o Calçadão Artur Bernardes e, à direita, propaganda da Prefeitura Municipal de Viçosa



Fonte: Folha da Mata

Contudo, as periferias ainda são apresentadas como as maiores vítimas das consequências dos períodos chuvosos, através de fotos que mostram deslizamentos de terra, buracos nas vias de acesso e construções com riscos de desabamento (Figura 17). Demonstra-se, como pode ser atestado na Figura 18, a existência de bairros situados dentro do perímetro urbano de Viçosa que ainda utilizavam fossas sépticas no ano de 2003.

Figura 17 – Periferia viçosense em períodos de chuvas intensas (2000 e 2012)



Fonte: Folha da Mata

Figura 18 – Na íntegra, reportagem sobre o uso de fossas sépticas no bairro Estrelas



Fonte: Folha da Mata

Nos anos de 2005 e 2006, especificamente, muitos bairros ainda não possuem infraestrutura básica e reivindicam, repetidamente, a realização de serviços como, por exemplo, calçamento das ruas, limpeza de lotes desocupados, instalação de manilhas para o escoamento de água e resolução do problema das enchentes e instalação de postes para iluminação pública, apesar de já terem passado aproximadamente 80 anos após o início da urbanização do município (Figura 19). Basicamente os mesmos serviços voltam a ser solicitados em outros bairros no ano de 2009.

Figura 19 – Reivindicações de bairros periféricos de Viçosa ao longo dos anos 2000



Fonte: Folha da Mata

Nos últimos 12 anos analisados, voltam a ser assuntos de reportagens a ocupação do centro da cidade por trabalhadores informais – tanto dos *trailers* nas praças e ruas, quanto da ocupação do Shopping Chequer e da presença de ambulantes, como exposto na Figura 20. As questões que dizem respeito às construções irregulares aparecem com frequência, inclusive obras conduzidas por vereadores e pelo então diretor do Instituto de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Viçosa (IPLAM), e as edificações em áreas ambientais no centro, em desacordo com leis federais. Outros edifícios localizados na região central da cidade – ruas Dr. Raimundo Alves Torres, Senador Vaz de Mello e Rua dos Passos – ilustram reportagem a respeito da solicitação de punição, por parte do Ministério Público, à administração pública

viçosense por não fiscalizar as construções de edifícios em toda a cidade, facilitando o descumprimento das normas.

Figura 20 – Reclamações sobre os trailers e barracas no centro de Viçosa



Fonte: Folha da Mata

Nesse sentido, chama-se atenção para uma reportagem veiculada no ano de 2009 sobre obras irregulares que preocupam a administração pública. Na ocasião, são retratadas pequenas obras realizadas nos bairros Inácio Martins, Silvestre e Centro, de tamanhos e aspectos que em muito se diferem das construções feitas por sujeitos que ocupavam cargos públicos demonstradas acima. Essas últimas, ao contrário das edificações simples construídas por “cidadãos comuns”, não causam incômodo à administração pública (Figura 21).

Figura 21 – Duas das obras irregulares realizadas em 2009, que apresentam muitas diferenças entre si



Fonte: Folha da Mata

A partir do ano de 2009, dois anos após a implementação do REUNI, é possível observar matérias que falam sobre o aquecimento do setor de construção civil e de uma nova onda de verticalização na cidade, bem como das obras realizadas no campus da UFV, como mostrado na Figura 22. São noticiadas e ilustradas as construções dos primeiros conjuntos habitacionais financiados pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida e, posteriormente, retrata-se também as residências já finalizadas para ocasião da distribuição das mesmas e, menos de um mês depois das entregas, reclamações dos moradores em relação às condições precárias dos locais onde se situam as novas moradias (Figuras 23 e 24), ilustrando a crítica elaborada por Honório (2012) a respeito da ineficiência do Estado em definir a localização das referidas construções, expondo as contradições do programa e demonstrando que ele, muitas vezes, reforça a segregação socioespacial já existente.

Figura 22 – O processo de verticalização de Viçosa, o aquecimento do setor da construção civil e as obras realizadas na UFV no ano de 2011



Fonte: Folha da Mata

Figura 23 – Obras do primeiro conjunto habitacional do MCMV



Fonte: Folha da Mata

Figura 24 – Obras do segundo conjunto habitacional do MCMV



Fonte: Folha da Mata

Ainda assim, ao final do recorte espaço-temporal adotado, permanecem as notícias de asfaltamento em bairros relativamente próximos ao centro da cidade – como, por exemplo, o bairro Santo Antônio –, as reivindicações da instalação de serviços de infraestrutura básica nos bairros periféricos de Viçosa e as denúncias a respeito dos danos ambientais causados por construções irregulares, principalmente no centro da cidade.

3.3 A “Viçosa” do Arquivo Central e Histórico da UFV

A análise das fotografias encontradas no ACH-UFV foi feita em conjunto, agrupada de acordo com a seção de onde cada foto foi retirada. Sendo assim, serão apresentadas as análises das seções “Viçosenses”, “Gestão Prefeito César Sant'Anna Filho”, “Coleções e álbuns” e “Arquitetura e Urbanismo”.

Na seção “Viçosenses”, encontram-se fotos feitas no centro, principalmente no Calçadão Artur Bernardes e suas proximidades, no ano de 1995. Esses retratos registram aspectos da vida urbana de Viçosa e, apesar de não possuir a data específica na qual cada um foi feito, neles é possível observar a presença simultâneas de elementos que marcam diferentes períodos do município: a sinalização próxima à estrada de ferro, os automóveis estacionados nas ruas e a presença de veículos de tração animal. Também é possível observar a intensa movimentação de pessoas no Calçadão Artur Bernardes.

Já na seção “Gestão Prefeito César Sant'Anna Filho” encontram-se fotos de obras realizadas entre os anos de 1977 e 1983, período de sua gestão na prefeitura, em diferentes bairros, sendo eles: Fátima, Bom Jesus, Clélia Bernardes, Vale do Sol, Cachoeirinha, Pau de Paina. A maioria das fotografias, no entanto, retratam o calçamento de ruas no bairro Bom Jesus. Há também retratos de cerimônia em homenagem ao dia da independência da república realizada na Praça do Rosário – ano não especificado – e da Praça Mário del Giudice, ambas localizadas no centro de Viçosa (Figura 25).

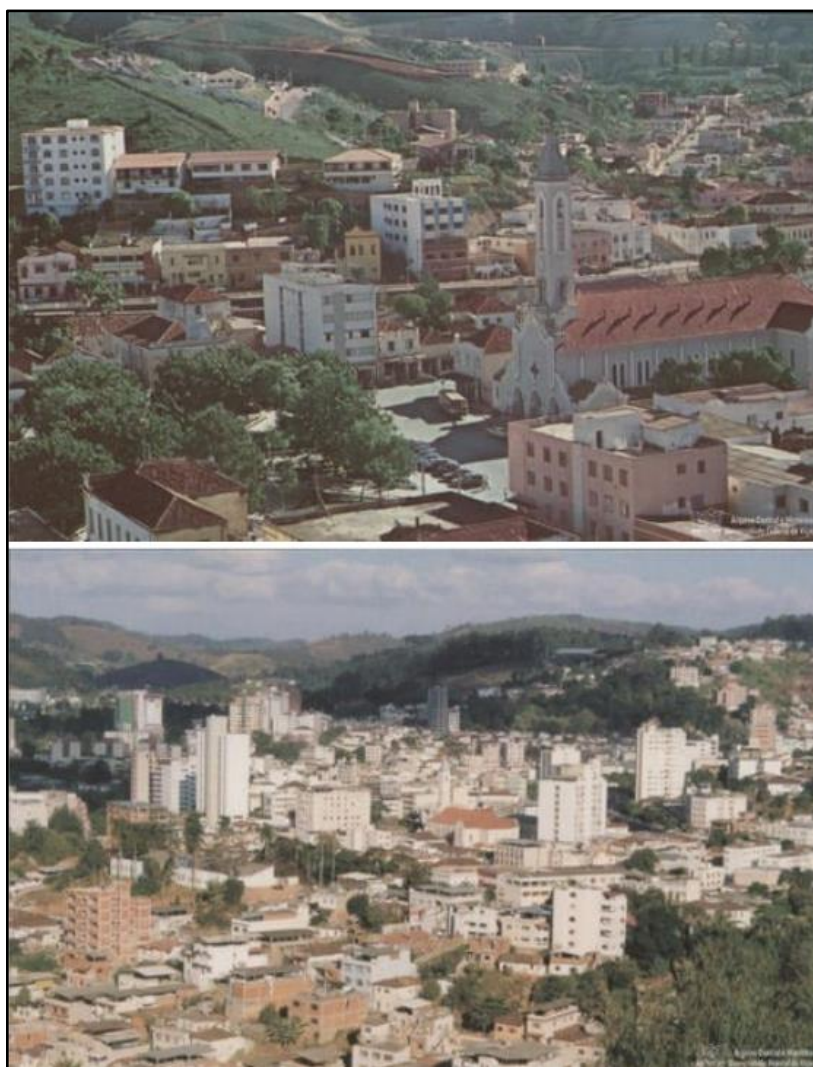
Figura 25 – Obras realizadas durante a gestão do prefeito César Sant'Anna Filho e comemoração de 7 de setembro



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

A seção “Coleções e álbuns”, por sua vez, conta com fotos feitas entre os anos de 1978 e 2002. Entre as fotos da década de 1970 e 1990 é possível perceber modificações na paisagem do centro da cidade, sendo possível perceber muitos prédios em construção no centro no ano de 1999, retratando o processo de verticalização intenso que ocorria nessa época, como exposto na Figura 26.

Figura 26 – O centro de Viçosa nos anos de 1979 e 1999, respectivamente

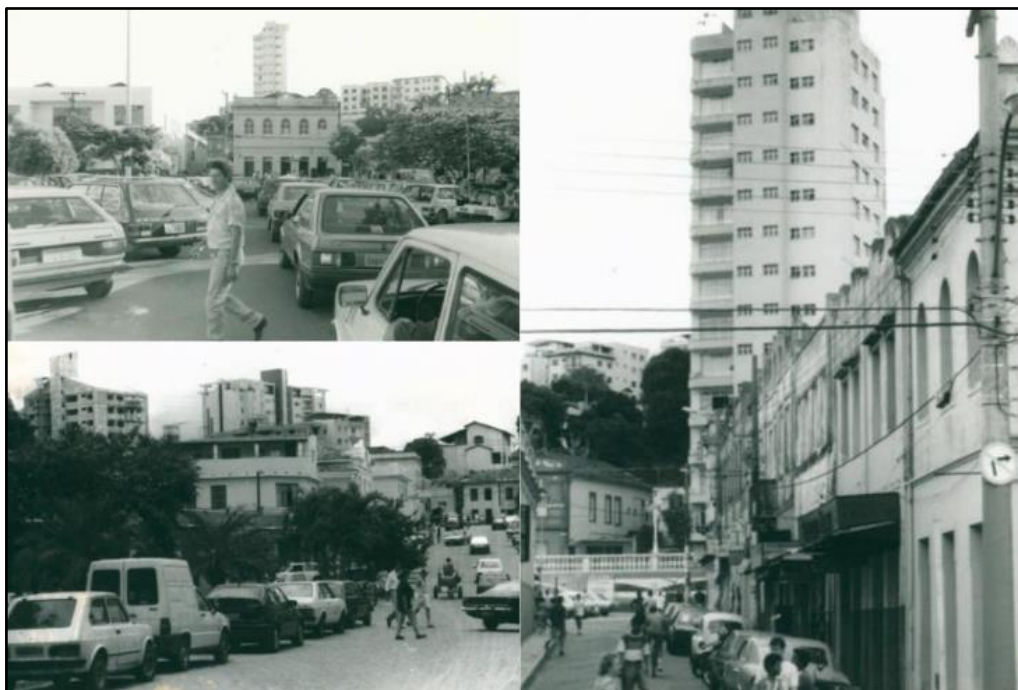


Fonte: Arquivo Central e Histórico – UFV

Já na seção “Arquitetura e Urbanismo” encontram-se fotografias feitas entre os anos de 1970 e 1995, sendo que todas elas retratam apenas a área central da cidade onde, provavelmente, os regulamentos do código de obras eram seguidos com mais rigor. Observa-se que nas décadas 80 e 90 é possível perceber a presença de grande quantidade de automóveis

nas ruas, bem como prédios de mais de 8 pavimentos que passavam a compor a paisagem da região central, como constatado por Ribeiro Filho (1997) (Figura 27).

Figura 27 – O centro de Viçosa nos anos de 1979 e 1999, respectivamente



Fonte: Arquivo Central e Histórico – UFV

Na seção “Coleção José Marcondes Borges” foram observados retratos feitos entre 1971 e 1981 que ilustram, majoritariamente, o *campus* da UFV, sendo possível observar, inclusive, a construção do Edifício Chotaro Shimoya em 1971, pouco tempo após a federalização da universidade, retratando uma das medidas de expansão física ocorrida na época. Dentre as 24 fotos retiradas da coleção, apenas duas não são exclusivamente da UFV e proporcionam visão aérea do centro da cidade, especificamente nas proximidades da avenida Bueno Brandão (1971 e 1976).

Assim, a partir das fotografias analisadas, é possível identificar alguns aspectos das transformações da paisagem urbana de Viçosa e as diferentes dinâmicas nela presentes. Tais retratos revelam também as tensões e desigualdades subjacentes a esse processo. No entanto, das fotos retiradas do ACH-UFV, a grande maioria retrata o centro e a UFV, invisibilizando outras áreas da cidade e impossibilitando a observação das mesmas. Nesse sentido, pode-se

afirmar que as fotografias do ACH-UFV que se enquadram nos critérios de análise propostos para a realização desta pesquisa compõem uma narrativa do centro da cidade.

Uma possível justificativa deve-se ao fato de que o acervo fotográfico é composto por materiais produzidos e doados por diferentes colaboradores e, como o acesso ao equipamento necessário para fazer os registros é limitado àquelas pessoas que possuem condições financeiras para tal, grande parte da população do município, por possuir baixa renda e não gozar das mesmas condições financeiras daqueles que habitam o centro da cidade, não possuíam recursos para adquirir câmeras fotográficas e, assim, produzir seu próprio material a respeito dos locais que habitavam. Por outro lado, pode-se inferir que a população privilegiada do município possuía pouco interesse em conhecer a cidade além dos arredores onde viviam, limitando-se a ocupar e registrar apenas o centro de Viçosa.

3.4 As confluências e divergências existentes entre os arquivos

Os acervos analisados revelam perspectivas distintas sobre as transformações da paisagem urbana de Viçosa, refletindo as origens e finalidades de cada um. O arquivo do Jornal Folha da Mata apresenta um enfoque cotidiano e dinâmico, retratando transformações urbanas e eventos que, de alguma forma, foram considerados relevantes para a comunidade local e para o jornal, além de serem temas vendáveis. Assim, o material observado no jornal traz à tona representações mais diversificadas de Viçosa. Por outro lado, o acervo do ACH-UFV evidencia uma perspectiva institucional, com imagens predominantemente centradas na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e no centro de Viçosa. Assim, compreende-se que os “regimes de visibilidade” explicados por Gomes (2013), além de afetar a seleção dos elementos visíveis na hora de se compor uma cena ou, no caso desta pesquisa, uma fotografia, também influenciaram a produção e a seleção de cada conjunto fotográfico observado.

Os materiais do Folha da Mata ilustram um espaço urbano em constante tensão entre as demandas por infraestrutura e as respostas, muitas vezes limitadas, do poder público. Fotografias de alagamentos, obras inacabadas e condições precárias de infraestrutura nos bairros periféricos contrastam com as imagens de propaganda que celebram as obras e melhorias realizadas no centro da cidade. Essa dualidade expõe como as narrativas sobre o “progresso” urbano frequentemente excluem as experiências das populações marginalizadas, que não têm acesso aos mesmos serviços disponíveis ao público que possui melhor condição financeira. Além disso, os registros fotográficos encontrados no jornal retratam momentos

emblemáticos, como as manifestações do movimento Diretas Já e outras manifestações e festas populares, e os reflexos locais das políticas habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, que, embora voltadas para a inclusão social, também reforçaram dinâmicas de segregação socioespacial.

O arquivo do jornal também revela os impactos da urbanização desigual em Viçosa, constantemente tratando da segregação espacial que resulta da interação entre universidade, mercado imobiliário e poder público. Enquanto os bairros periféricos eram constantemente retratados para expor à população os problemas neles encontrados, o centro da cidade recebia atenção ora por concentrar festas, eventos religiosos e manifestações populares, ora para trazer à vista alguns dos mesmos problemas que atingiam as periferias. As fotografias de locais como Nova Viçosa e Rebenta Rabicho, por exemplo, ilustram a concentração da população de baixa renda em periferias⁹, enquanto o centro recebia investimentos que aumentavam o valor do solo. Tais observações se alinham às descrições de Ribeiro Filho (1997) ao discutir a crescente segregação socioespacial em Viçosa promovida pelos processos de modernização urbana encabeçados pelas elites, que ocupavam áreas privilegiadas enquanto forçavam o deslocamento da população vulnerabilizada para locais carentes de infraestrutura.

As fragilidades da infraestrutura urbana também se tornam evidentes no Folha da Mata quando o mesmo ilustra problemas que se repetem em épocas específicas como, por exemplo, nos períodos chuvosos. A recorrente presença das imagens de enchentes tanto no centro como nas periferias de Viçosa expõem a precariedade dos serviços públicos e a vulnerabilidade de determinadas áreas, demonstrando o que Ribeiro Filho (1997) classifica como as ações pontuais do poder público falharam em atender às necessidades básicas da população, contribuindo, na verdade, para a ampliação das desigualdades socioespaciais. Assim, no Folha da Mata, as fotografias frequentemente destacam situações que causam tensão ou incômodo na população local e que manifestam a ineficácia do poder público e evidencia-se que, enquanto o centro se moderniza e verticaliza, as intervenções nas periferias mostram-se pontuais e muitas vezes insuficientes para atender às necessidades locais, exemplificando o desequilíbrio na distribuição de recursos e atenção pública.

Pode-se considerar a praça Silviano Brandão e o Calçadão Artur Bernardes como as principais centralidades do município, pois são onde são retratadas a maior parte das

⁹ Não se trata, aqui, da periferia caracterizada pela sua distância em relação a um centro, mas sim de um local carente de infraestrutura, onde a ocupação se dá sem que a população possa gozar dos mesmos serviços disponíveis no centro, como indicado por Corrêa (1986).

manifestações públicas ocorridas na cidade. Tal fato reforça que a centralidade exercida pela igreja ainda no século XIX, no início do desenvolvimento do espaço urbano de Viçosa, citada por Ribeiro Filho (1997) ainda se mantém por pelo menos mais um século. Além disso, as reportagens que retratam as infrações aos códigos de obras também reforçam as análises do autor a respeito do assunto.

No ACH-UFV, por sua vez, predominam registros das melhorias realizadas na infraestrutura da universidade, das expansões do *campus* e do espaço urbano do centro da cidade, sem trazer sequer um retrato dos bairros periféricos. As coleções exploradas no acervo apresentam, principalmente, imagens que ressaltam a evolução da paisagem do centro de Viçosa, e a falta de maiores informações como, por exemplo, a datação mais precisa das fotografias, limitou o pleno aproveitamento desse acervo. Ainda assim, as fotografias do ACH-UFV permitem observar aspectos da expansão da UFV após sua federalização, documentando-a com imagens da construção de novos prédios no *campus*.

Dessa forma, o material encontrado nos dois arquivos mostra as mudanças da paisagem urbana de Viçosa na década de 1970 influenciadas pela expansão da UFV e pelo aumento populacional influenciado por tal processo. Apesar dos avanços em infraestrutura em determinadas áreas da cidade e do aquecimento da atividade comercial, o período foi marcado pelo crescimento desordenado do espaço urbano e pelas desigualdades socioespaciais. Problemas como a precariedade nas periferias e a valorização seletiva de áreas centrais destacam as contradições de um processo de urbanização que priorizou interesses econômicos e privados em detrimento de uma gestão urbana equilibrada e inclusiva.

Já a análise das fotos feitas nas décadas de 1980 e 1990 permite observar a permanência da coexistência das desigualdades estruturais presentes na cidade. O contraste percebido entre o desenvolvimento da área central e a precariedade nas periferias resalta os impactos das crises econômicas e mudanças políticas vividas no período, como, por exemplo, a crise da dívida externa latino-americana. Nesse sentido, nota-se que a inclusão de dispositivos como, por exemplo, a política urbana presente na Constituição Federal de 1988, não foram suficientes para mitigar a dissociação entre legislação e realidade urbana de Viçosa, sendo a fragmentação da paisagem da cidade um resultado da combinação dos fatores econômicos, políticos e sociais discutidos ao longo desta pesquisa (RIBEIRO FILHO, 1997).

As contradições do processo de urbanização de Viçosa e seus impactos socioespaciais ficam ainda mais evidentes durante a década de 1990, quando se percebe a persistência dos problemas já pautados na década anterior, acrescido do incômodo com o crescimento do

trabalho informal e do comércio ambulante. O aumento do número de camelôs no centro e a expansão do comércio informal, que se espalha pela cidade, são apresentados como sintomas de uma economia fragilizada, cujas políticas públicas não conseguem atender às necessidades da população, como descrito por Santos (2023) e Ribeiro Filho (1997). A urbanização de Viçosa seguia reforçando a coexistência entre a “cidade legal” e a “cidade ilegal”, o que se torna visível nas fotografias que seguiram ilustrando as limitações no acesso a serviços essenciais em determinados locais durante a época (RIBEIRO FILHO, 1997).

Nos primeiros anos do século XXI, identifica-se maior quantidade de imagens utilizadas em propagandas oficiais a fim de promover uma visão da cidade centrada no progresso e nas melhorias pontuais realizadas em determinados locais, refletindo um processo de urbanização voltado para a atração de investimentos e para uma estética de “progresso”. No entanto, as periferias continuam sofrendo com os mesmos problemas e reivindicações de serviços essenciais feitas nas primeiras décadas que compõem o período da análise. A expansão da UFV após o REUNI e o aquecimento do mercado imobiliário geraram uma nova configuração no espaço urbano de Viçosa, que passou a enfrentar desafios relacionados ao crescimento populacional, especialmente no que diz respeito à habitação para estudantes e à especulação imobiliária contribuindo para a criação de um espaço mais segmentado, sendo as áreas centrais cada vez mais ocupadas de acordo com interesses do setor imobiliário, enquanto as áreas periféricas, já negligenciadas em termos de serviços e infraestrutura, tornam-se cada vez mais marginalizadas (HONÓRIO, 2012).

Assim, observa-se que ambos os arquivos fornecem importantes contribuições para a compreensão das transformações na paisagem urbana de Viçosa, visto que ilustram grande parte dos processos observados no segundo capítulo desta dissertação. Contudo, salienta-se que os acervos consultados são compostos do que cada pessoa e instituição que contribuiu para a produção das fotografias considerou relevante documentar, indicando, conforme Gomes (2013), que há uma “geografia do olhar” na maneira como se percebe e registra o espaço ao redor. Nesse sentido, pode-se compreender as diferenças que se refletem na seletividade que diz respeito à produção do material dos arquivos consultados, que é afetada por interesses políticos, econômicos e culturais. Assim, enquanto as imagens do ACH-UFV reforçam a memória da instituição e do centro da cidade, as do jornal podem ser consideradas testemunhos de uma realidade um pouco mais heterogênea e contraditória.

3.5 As representações da paisagem urbana de Viçosa e as narrativas sobre a cidade

Após a revisão bibliográfica e a análise dos dados coletados em trabalho de campo, principalmente no jornal, foi possível perceber que os mesmos locais aparecem repetidamente em situações parecidas, o que permite afirmar que as representações e narrativas criadas sobre Viçosa partem das vivências e interesses de diferentes grupos: os habitantes do centro, da periferia e a administração pública.

A Viçosa dos habitantes do centro conta com a presença de infraestrutura básica, asfaltamento, construção e consecutivas obras de revitalização de praças, iluminação pública e proximidade de serviços como comércio, bancos, universidade, mercados, entre outros. A maioria das reivindicações vindas desse grupo dizem respeito ao acúmulo de lixo e entulho e às enchentes em determinados locais após chuvas intensas. No entanto, essa é a Viçosa que, desde o princípio, recebeu – e ainda recebe – as principais medidas e obras de urbanização.

É o centro de Viçosa que recebe diversas homenagens na data do aniversário do município e representa os anseios de empresários de diversos segmentos, além de atender às necessidades dos setores imobiliário e de construção civil; que se constitui como ponto de encontro para comemorações e manifestações populares e que é constantemente associado ao progresso, ao crescimento e à educação. Nele, as irregularidades passam despercebidas, muitas vezes sendo cometidas por pessoas à frente de cargos que deveriam fiscalizar e garantir o cumprimento das leis. Suas fotografias mostram, predominantemente, construções de padrão elevado, ruas asfaltadas e arborizadas, praças bem cuidadas e, quando algo foge a esse padrão, é rapidamente denunciado e resolvido.

Enquanto isso, a “Viçosa periférica” possui lugar cativo no noticiário local: ao longo dos 42 anos analisados, observa-se que o que dela se retrata são “suas paredes de tijolos, madeira ou lata, sem revestimento e sem pintura” (RIBEIRO FILHO, 1997), o que o autor caracteriza como “aspecto do inacabado”. As fotos dos problemas que se repetem em diferentes bairros periféricos são, também, um retrato da ineficiência da administração pública do município que, segundo a noção de regime de visibilidade elaborada por Gomes (2013), parece insistir em não enxergar. Ela é vista, considerando que seus problemas estampam grande parte das edições do jornal, mas suas reivindicações parecem não causar impacto e, por isso, se repetem ao longo de todos os anos observados.

Em raras ocasiões, a periferia viçosense é utilizada como publicidade das obras realizadas pela administração pública, mesmo que as mesmas só tenham sido feitas após muita

insistência de seus habitantes, e em momento algum são retratados outros momentos do cotidiano dessa Viçosa: é como se a mesma fosse apenas a moradia da população vulnerabilizada, onde se sintetizam todos os possíveis problemas relacionados às precariedades caracterizadas pela ausência da urbanização, e nada além disso. Descartam-se, assim, diversos aspectos da vida na periferia da cidade.

Já a Viçosa da administração pública é constantemente representada pelos novos prédios localizados no centro da cidade, que simbolizam o progresso, e pelas benfeitorias de cada gestão na região central e nas periferias. No entanto, pontua-se que muitos dos serviços de infraestrutura presentes no centro desde o início do recorte temporal analisado só chega às periferias muitos anos depois e de forma pontual, atendendo apenas locais específicos de determinados bairros. Nas reportagens analisadas, percebe-se que os mesmos bairros que receberam alguma benfeitoria voltam a reivindicar outros tipos de serviço pouco tempo depois, demonstrando que suas necessidades não são plenamente atendidas e que as obras da prefeitura são, na verdade, reflexos da relação clientelista anteriormente exposta por Ribeiro Filho (1997).

Assim, enfatiza-se que ao tratar da *memória* de um lugar, o que se observa são, na verdade, *narrativas* sobre a mesma, cujos aspectos dependem de quem as produziu e do local onde a mesma se situa. Uma mesma cidade abriga uma diversidade de sujeitos e vivências que é, arrisca-se dizer, impossível de ser contada ou lembrada em totalidade. Viçosa, por exemplo, contém narrativas que vão além das encontradas e percebidas nos arquivos consultados. Sendo assim, as mesmas não representam uma verdade absoluta sobre ela.

Contudo, de acordo com o que se propôs para esta pesquisa, afirma-se que as narrativas identificadas reforçam as disparidades ocasionadas pelo crescimento desordenado da cidade e pela ausência de um planejamento urbano eficaz. O desenvolvimento da cidade, acelerado e concentrado em áreas específicas, não atendeu plenamente às demandas sociais apesar das sucessivas reivindicações, demonstrando que em muitos momentos o poder público deliberadamente ignorou as necessidades da população vulnerabilizada concentrada na periferia.

A especulação imobiliária que se desenha desde o início do processo de urbanização em Viçosa e se intensificou nos momentos de expansão da universidade, associada à falta de políticas públicas que atendam às necessidades concretas de grande parte da população da cidade, intensifica a segregação socioespacial, distanciando cada vez mais as periferias dos benefícios gerados pelo crescimento urbano, mesmo quando elas se encontram próximas ou até mesmo dentro do centro da cidade.

Em suma, evidencia-se que as representações da paisagem urbana de Viçosa aqui discutidas ilustram acontecimentos que influenciaram as diferentes formas de ocupação da cidade. Contudo, as perspectivas adotadas para retrata-los geram, na verdade, narrativas distintas e em disputa a respeito dos fatos representados, que são permeadas pelas memórias seletivas que compõem cada arquivo analisado e os interesses de diferentes grupos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou investigar as representações da paisagem urbana de Viçosa-MG, baseando-se na análise de fotografias encontradas nos acervos do jornal Folha da Mata e do Arquivo Central e Histórico da UFV. Partindo do questionamento a respeito de que forma as fotografias podem refletir e influenciar as narrativas sobre a paisagem urbana, através desta pesquisa buscou-se explorar como os retratos observados dialogam com as dinâmicas socioespaciais observadas em diferentes momentos da urbanização de Viçosa. Assim, avalia-se as respostas obtidas para o problema proposto.

A metodologia adotada priorizou que, no primeiro momento da pesquisa, fosse feita uma articulação teórica entre as categorias que deram suporte à compreensão de que as paisagens refletem as formas de ocupação do espaço e as possibilidades do uso da fotografia para a investigação de processos socioespaciais na Geografia, apreciando-a como uma representação simbólica das paisagens que, por consequência, é capaz de constituir narrativas a respeito dos lugares. Já a revisão bibliográfica realizada em materiais produzidos sobre os processos de ocupação e urbanização de Viçosa fundamentou o entendimento das transformações ocorridas no espaço urbano do município, contextualizando-as nos cenários históricos e sociais que as influenciaram.

Já os trabalhos de campo foram, na verdade, uma busca exploratória nos acervos fotográficos selecionados, com o objetivo de identificar fotografias que se encaixassem nos critérios adotados que, por sua vez, possibilitaram a análise dessas representações. Assim, ao estudar o material encontrado durante os trabalhos de campo, foi possível visualizar e identificar diferentes desdobramentos dos processos identificados durante a revisão bibliográfica. Esses materiais, então, dão visibilidade a tais processos, reforçando as contribuições da fotografia para os estudos realizados na Geografia.

Logo, todas as etapas da pesquisa direcionaram à compreensão de que cada arquivo produz diferentes narrativas a respeito de Viçosa, sendo as do jornal Folha da Mata mais heterogêneas, mas ainda parciais, e a do ACH-UFV limitadas à instituição e ao centro da cidade. Considera-se que as narrativas são incompletas pois, a bem da verdade, dificilmente é possível reunir, em um material, as perspectivas segundo cada um dos grupos que compõem a população de um local, e não é esse não o objetivo de nenhum dos arquivos consultados, embora contribuam para a construção de representações sobre a cidade. Além disso, os próprios regimes de visibilidade produzem, simultaneamente, regimes de invisibilidade. Nesse sentido, foi

possível identificar narrativas produzidas por diferentes atores, de acordo com interesses de cada um deles, enfatizando diferentes locais e grupos sociais.

Ainda assim, como demonstrado pela pesquisa, tais questões que chamaram atenção a ponto de serem retratadas em algum dos arquivos – ou até mesmo em ambos –, são representações da paisagem que expõem desdobramentos das formas de ocupação da cidade, mas não correspondem à totalidade dos acontecimentos dos locais retratados, o que leva a imaginar que há muito o que ser compreendido sobre a maneira como esses acontecimentos e como cada lugar retratado é percebido por diferentes grupos e indivíduos.

Nesse sentido, acredita-se que este trabalho contribui para a noção de que as representações da paisagem urbana da cidade são feitas de acordo com as possibilidades de percepção das mesmas e dos lugares que as compõem por diferentes sujeitos e, por isso, não se esgotam. Então, considerando que ainda há novas narrativas a serem descobertas, e que a ciência geográfica não é estática e está em constante atualização – assim como as cidades – e em busca de novas descobertas, compreende-se que esta dissertação cumpre com os objetivos propostos, mas é apenas um dos caminhos traçados em meio a outras possibilidades de pesquisa a respeito das narrativas visuais a respeito de Viçosa e de outras cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. *A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-53.

ALVES, N. C. Memória do Cantinho: formação da periferia urbana de Viçosa. *Revista de História Contemporânea*, n. 2, maio-out. 2008. Disponível em: <<https://www.revistacontemporaneos.com.br/n2/pdf/memoriacantinho.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BAGGIO, U. C. O território brasileiro em perspectiva: modernização e implicações socioespaciais. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 14, n. 1, p. 160-174, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3933/O%20Territ%C3%B3rio%20Brasileiro%20em%20Perspectiva%3A%20Moderniza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Implica%C3%A7%C3%B5>>. Acesso em: 27 out. 2024.

BARTHES, R. *A Câmara Clara: Nota sobre a Fotografia*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BATISTA, JR. N. Fotografia e Memória: Contra a ação do tempo, a foto fortalece a tradição das técnicas de memorização. *Revista Belas Artes*, São Paulo, n. 01, 2009. Acesso em: 27 out. 2022. Disponível em: <<https://revistas.belasartes.br/revistabelasartes/article/view/22/22>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BENJAMIN, W. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: *Obras Escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 165-196.

BENJAMIN, W. Pequena história da fotografia. In: *Obras Escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 91-107.

BESSE, J. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

CARLOS, A. F. A. *A cidade: O homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?* São Paulo: Contexto, 2008.

CASTILHOS, L. C. *A Paisagem na Fotografia, os rastros da memória nas imagens*. Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/gpit/wp-content/uploads/2011/03/castilhos-leticia-a-paisagem-na-fotografia.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2022.

CLAVAL, P. *Epistemologia da geografia*. Tradução de Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. 2. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

CORRÊA, R. L. A periferia urbana. *GEOSUL*, Santa Catarina, n. 2., p. 70-78, 1986. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12551/11859>>. Acesso em: 30 out. 2024.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. *A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-53.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). *Geografia cultural: uma antologia* (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

FOLHA DA MATA... NOS BAIRROS. Folha da Mata. Viçosa, n. 899, 04/06/1986. Coluna "Folha da Mata nos bairros".

GOMES, P. C. C. *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GOMES, P. C. C. *Quadros Geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GOMES, P. C. C.; BERDOULAY, V. Imagens na Geografia: importância da dimensão visual no pensamento geográfico. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 27, n. 2, p. 356-371, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v27n2/0121-215X-rcdg-27-02-00356.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HONÓRIO, L. M. *A produção do espaço em uma cidade universitária: o caso de Viçosa, MG*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<https://alunos.stayinthejourney.com.br/area/vitrine/32285>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

LIMA, F. H. B.; MELHEM, M. M.; CUNHA, O. H. L. B. e (Coord.). *A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar. Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN*. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_4_FotografiaPreservacao_m.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

KOSSOY, B. Fotografia e História: as tramas da representação fotográfica. *Projeto História*, São Paulo, v. 70, p. 9-35, 2021. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/52357/pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

MARIA, A. C. S.; FARIA, T. C. A.; STEPHAN, Í. I. C. Um retrato da evolução urbana de Viçosa-MG: impactos da federalização da UFV sobre a cidade (1969-2014). *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 37-54, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/3572/3587>>. Acesso em: 30 mai. 2023.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 26-38, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/fZCnFGwPC3Yks9tXCg4MP8B/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 out. 2024.

NASCIMENTO, F. B.; SCIFONI, S. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. *Revista CPC*, São Paulo, n. 10, p. 29-48, 2010.

Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15660>>. Acesso em: 20 out. 2022.

PEREIRA, C. S. O. A teoria da produção do espaço e a Geografia. In: SPOSITO, E. E; CLAUDINO, G. S. *Teorias na Geografia: Avaliação crítica do pensamento geográfico*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p. 107-140.

PIDNER, F. S. *Geo Foto Grafia: narrativas espaciais nas imagens de Sebastião Salgado*. Salvador: EDUFBA, 2019.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

RIBEIRO FILHO, G. B. *A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG*. 1997. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.

RUA D^a GERTRUDES É CONHECIDA PELA LAMA, BURACOS, RATOS E LIXO. Folha da Mata. Viçosa, n. 1345, 10/12/1994.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *RA'E GA*, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3353>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SONTAG, S. *Sobre Fotografia*. Tradução de Rubens Figueiredo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

THOMAZ, T. S. Geografia e fotografia: relação entre paisagem, espaço e imagem. *Espaço & Geografia*, São Paulo, v.15, n. 2, p. 517-549, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegerografia/article/view/39956>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). AtoM – Repositório Institucional da UFV. Disponível em: <<http://atom.ufv.br/>>. Acesso em: 10 mai. 2024.